

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2026

Entre desafios e oportunidades, consolidámos conquistas, fortalecemos capacidades e impulsionamos a sustentabilidade do negócio.

BANCO SOL

O BANCO DE TODOS NÓS





Índice

1.	Nota Introdutória	4
2.	Síntese dos Principais Indicadores	6
3.	Principais Destaques	8
4.	Ambiente Macroeconómico e Regulatório	11
5.	Estrutura Societária e Governação Corporativa	20
6.	Desempenho Estratégico	32
7.	Capital Humano	37
8.	Desempenho Operacional e Comercial	41
9.	Comunicação e Marca	50
10.	Tecnologias de Informação e Segurança Cibernética	56
11.	Gestão dos Riscos	59
12.	Auditoria e Controlo Interno	65
13.	Análise Económica e Financeira	70

1.

Nota Introdutória

1. Nota Introdutória

O presente Relatório de Gestão referente ao 1º semestre de 2026 tem como objectivo apresentar o desempenho do Banco durante o período, evidenciando a evolução da sua actividade, os resultados alcançados, os principais desafios enfrentados e as iniciativas implementadas no âmbito da execução do Plano Estratégico e do Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR 2024-2027).

No período em analise, o Banco registou um resultado líquido de 13,5 mil milhões de Kwanzas, revertendo o prejuízo de 8,0 mil milhões de kwanzas apurado em 2025. O rácio de eficiência registou igualmente uma evolução positiva, passando de 102,5% em Dezembro de 2025 para 66,0%. O Crédito a Clientes cresceu 29% e os Recursos de Clientes (Depósitos) evoluíram 7,4%, no mesmo período.

Os resultados alcançados evidenciam a melhoria da trajectória de Resultados Operacionais positivos, como reflexo da implementação de um conjunto de medidas para a potenciação da receita do Banco e optimização dos custos operacionais, bem como de diversas iniciativas de transformação organizacional e tecnológica, com vista a melhorar a experiência dos clientes e aumentar a capacidade de resposta às exigências do mercado.

Assim, o desempenho do 1º semestre de 2026 reflecte a continuidade dos esforços desenvolvidos para assegurar a sustentabilidade da Instituição e criar bases sólidas para o crescimento futuro, reforçando o seu compromisso com os clientes, accionistas, colaboradores, parceiros e demais partes interessadas.

Neste contexto, o presente relatório aborda, entre outras matérias:

- A evolução dos principais indicadores financeiros e comerciais do Banco;
- O acompanhamento da implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR);
- O desempenho operacional e a gestão dos principais riscos da actividade;
- As iniciativas de transformação digital, eficiência e desenvolvimento organizacional.

2.

Síntese dos Principais Indicadores

O mapa abaixo, apresenta a evolução dos principais indicadores do desempenho económico e financeiro do Banco no 1º Semestre de 2026:

Principais Indicadores	30/06/2026	31/12/2025 Reexpresso	30/06/2025 Reexpresso	Variação ABS	Variação %
Activo Total	1 134 319	1 040 728	1 001 196	93 590	9,0%
Crédito a Clientes *	110 109	85 351	78 483	24 758	29,0%
Recursos de Clientes	989 008	920 847	880 005	68 162	7,4%
Fundos Próprios	82 487	67 080	73 670	15 407	23,0%
Produto Bancário	49 302	64 681	28 293	21 009	74,3%
Margem Financeira	35 157	45 717	17 398	17 759	102,1%
Margem Complementar	14 145	18 964	10 896	3 250	29,8%
Custos Operacionais **	32 552	66 293	25 285	7 267	28,7%
Resultado Líquido***	13 536	(8 019)	177	13 359	7533,0%
Rentabilidade Activos Totais Médios (ROAA)	1,3%	-0,8%	0,0%	2,1%	59,8%
Rentabilidade Capitais Próprios Médios (ROAE)	17,3%	-11,1%	0,2%	28,5%	55,8%
Rácio de Eficiência *(Cost-to-income)*	66,0%	102,5%	89,4%	-23,3%	-26,1%
Activo total/Colaborador	821 375	692 434	598 443	222 931	37,3%
Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Depósitos)	30,3%	29,9%	35,2%	0,3%	1,1%
Rácio de Solvabilidade	10,6%	8,5%	9,9%	0,7%	7,2%
Crédito Vencido/Crédito Bruto	66,2%	72,6%	77,4%	-6,3%	-8,7%
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades	95,5%	95,2%	96,4%	0,3%	0,3%
Cobertura do Crédito Bruto por Imparidade	63,2%	69,0%	74,6%	-5,8%	-8,4%
Número de Balcões	97	116	114	(17)	-14,9%
Número de Colaboradores	1381	1503	1673	(292)	-17,5%
Número de TPA`s activos	11 291	12 249	14 482	(3 191)	-22,0%
Número de ATM's activos	276	300	304	(28)	-9,2%
Número de Cartões Multicaixa activos	294 449	317 995	296 324	(1 875)	-0,6%

* Crédito líquido de imparidades

** Soma dos custos de pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, depreciações e amortizações

*** Sem o reconhecimento de imparidades diferidas

3.

Principais Destaques

Abaixo, apresentam-se as actividades de destaque realizadas ao longo do 1º Semestre de 2026.

Janeiro

- Conclusão do processo de redimensionamento e optimização da rede de agências, no âmbito do Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR) do Banco;
- Redefinição do modelo de serviço para PME's, com a criação e implementação de centros de atendimento especializado para este segmento de clientes;
- Assinatura de um protocolo de parceria institucional com as Forças Armadas Angolanas (FAA), que visa a disponibilização de soluções financeiras de crédito aos seus efectivos, em condições vantajosas;

Fevereiro

- **Lançamento do Ciclo Comercial "Rumo 2026"**, assente numa cultura de disciplina, acompanhamento sistemático das equipas, avaliação de desempenho, resposta célere às solicitações e maior proximidade com o cliente, com enfoque na concretização dos objectivos comerciais e institucionais;
- Assinatura de um acordo de parceria estratégica com AECIPA (Associação das Empresas Prestadoras de Serviços da Indústria Petrolífera);
- Actualização da **Política de Gestão do Risco**, que rege toda a cultura de risco e integridade operacional do Banco Sol, promovendo a separação entre unidades tomadoras de risco e de controlo;
- Actualização da **Política de Gestão do Risco de Crédito**, que estabelece os princípios orientadores para a assunção, identificação, medição, acompanhamento e controlo dos riscos de crédito e de crédito de contraparte na actividade comercial;
- Revisão da **Política de Gestão do Risco de Mercado,** que define o modelo de governo e as ferramentas analíticas para a identificação, medição e controlo do risco de mercado, entendido como a volatilidade de resultados associada à carteira de negociação;
- Revisão da **Política de Gestão do Risco de Liquidez**, que estipula as regras para mitigar o risco de a instituição, mesmo solvente, se encontrar em incapacidade de liquidar atempadamente as suas obrigações financeiras;
- Actualização da **Política de Gestão do Risco de Solvência**, que formaliza as directrizes de capital do Banco Sol, estabelecendo a interligação estrutural e dinâmica entre a apetência global por riscos, as almofadas ou *'buffers'* prudenciais de capital e o planeamento estratégico;
- Criação da **Política de Gestão de Acesso às Instalações do Banco**, que define as regras, procedimentos e responsabilidades operacionais para o controlo estrito de acesso físico às instalações do Banco, englobando os Serviços Centrais, Balcões, Arquivos, Tesourarias e Áreas de Custódia de Valores.

Abril

- Lançamento da **Proposta de Valor Exclusiva para a Região Leste de Angola**, centrada no provimento de soluções de financiamento de curto prazo para as empresas locais, nomeadamente facilidades de capital de giro, linhas de crédito dedicadas e a antecipação de facturas comerciais;
- Lançamento do produto de **Depósito a Prazo "DP Avança"**, destinado à captação de novos recursos.
- Lançamento oficial da nova família de cartões "Kumbu", abrangendo três tipologias de produto direccionadas para diferentes necessidades de consumo, designadamente: Cartão de Crédito Kumbu, Cartão Pré-pago Particular Kumbu e Cartão Pré-pago Business Kumbu;
- Participação na **Global Money Week 2026**, uma iniciativa internacional dedicada à promoção da educação financeira entre crianças, adolescentes e jovens;
- Actualização da **Política de Formação e Desenvolvimento**, que estipula as directrizes, princípios e responsabilidades para o levantamento de necessidades, planeamento anual, orçamentação, execução e avaliação das acções de formação profissional dos colaboradores;

- Criação do **Regulamento de Avaliação de Desempenho**, que estabelece as regras formais para o processo cíclico de avaliação do desempenho dos colaboradores, tendo por base critérios objectivos de cumprimento de metas individuais, atitudes e competências funcionais;

Maio

- Actualização da **Política de Recrutamento e Selecção**, que regula os mecanismos de atracção, avaliação técnica e comportamental, triagem e admissão de profissionais no Banco, garantindo transparência, isenção e igualdade de tratamento aos candidatos;
- Actualização da **Política de Gestão de Acesso Físico ao Data Center**, que determina o nível máximo de protecção para a infraestrutura física crítica do Data Center do Banco, estipulando regras restritas de acesso para pessoal interno de TI e prestadores de serviços;
- Actualização da **Política de Controlo de Acesso Lógico e Remoto**, que regula os procedimentos para garantir que o acesso lógico aos activos digitais e redes do Banco seja atribuído de forma personalizada e com base no princípio de privilégio mínimo;
- Criação da **Política de Criptografia**, que define os critérios corporativos para a protecção de dados críticos e sensíveis do Banco, através de soluções de cifragem simétrica e assimétrica, quer em repouso nos servidores quer em trânsito nas redes;
- Actualização da **Política de Gestão de Mudanças**, que estabelece o modelo de governação técnica para a introdução de quaisquer alterações, actualizações ou novas aplicações informáticas nos ambientes de produção.

Junho

- Criação da **Política de Governo Corporativo**, que consolida a estrutura geral de governação do Banco, garantindo um governo transparente, prudente e robusto alinhado com a complexidade e dimensão da instituição;
- Distinção do **Banco Sol como Superbrand**, um reconhecimento internacional que resulta de um estudo independente sobre a confiança, relevância e impacto das marcas na vida dos consumidores.

4.

Ambiente Macroeconómico e Regulatório

4.1. Enquadramento Internacional

Enquadramento internacional

O ano de 2026 iniciou num contexto internacional mais complexo e menos linear do que o observado em 2025. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a economia mundial passou a ser condicionada por duas forças principais e de efeitos opostos: por um lado, o impacto negativo da guerra no Médio Oriente sobre os preços das *commodities*, as cadeias de abastecimento e as condições financeiras, e por outro lado, o impulso positivo associado ao ciclo tecnológico global, em particular aos investimentos e à adopção de soluções ligadas à inteligência artificial.

Apesar deste contexto, a actividade económica global revelou maior resiliência do que inicialmente esperado. O FMI projecta que o crescimento mundial se situe em 3,0% em 2026, antes de recuperar para 3,4% em 2027, depois de um crescimento médio de 3,5% observado em 2024 e 2025. Esta desaceleração moderada reflecte, sobretudo, a pressão dos choques geopolíticos e energéticos, parcialmente compensada pelo dinamismo das economias mais integradas na cadeia global de tecnologia.

Previsões do crescimento do PIB mundial (%)	2025	Projecções 2026	Projecções 2027
Mundo	**3,5**	**3,0**	**3,4**
Economias avançadas	**1,9**	**1,7**	**1,8**
EUA	2,1	2,3	2,2
Zona Euro	1,4	0,9	1,2
Economias emergentes	**4,5**	**3,8**	**4,5**
China	5,0	4,6	4,1
Índia	7,7	6,4	6,7
África subsariana	**4,5**	**4,3**	**4,5**
Nigéria	4,00	4,10	4,30
África do Sul	1,1	1,1	1,3

Fonte: FMI - *World Economic Outlook* (Julho 2026)

Nos Estados Unidos, o crescimento deverá manter-se relativamente sólido, com uma projecção de 2,3% em 2026 e 2,2% em 2027. Segundo o FMI, a actividade norte-americana continua a ser apoiada pela política fiscal, por condições financeiras ainda acomodatícias e pelo investimento empresarial associado à tecnologia, embora o ritmo de crescimento no primeiro semestre de 2026 tenha ficado abaixo do previsto em Abril.

Na Zona Euro, o desempenho deverá ser mais moderado. O FMI projecta um crescimento de 0,9% em 2026 e 1,2% em 2027, com a previsão de 2026 revista em baixa face à estimativa anterior. Esta evolução reflecte um desempenho negativo do primeiro trimestre, menor confiança dos consumidores, impacto dos preços mais elevados da energia e sinais de fraco dinamismo em algumas economias da região.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento deverá desacelerar para 3,8% em 2026, antes de recuperar para 4,5% em 2027. Esta evolução resulta de diferenças relevantes entre países quanto à dependência de commodities, exposição geográfica ao conflito, sensibilidade às condições financeiras, receitas de turismo e remessas, bem como posicionamento na cadeia global de tecnologia.

A China deverá crescer 4,6% em 2026 e 4,1% em 2027, num contexto marcado por preços globais de petróleo mais elevados, incerteza prolongada e desafios estruturais. A Índia, por sua vez, permanece entre as economias com crescimento mais elevado, com projecção de 6,4% em 2026 e 6,7% em 2027, suportada pelo consumo privado e pela actividade no sector dos serviços.

Na África Subsaariana, o crescimento deverá manter-se relativamente estável, projectado em 4,3% em 2026 e 4,5% em 2027. Contudo, o FMI assinala divergências relevantes dentro da região, em função do espaço de política económica, da implementação de reformas e da exposição a choques externos. A Nigéria deverá crescer 4,1% em 2026 e 4,3% em 2027, enquanto a África do Sul deverá registar um crescimento de 1,1% em 2026 e 1,3% em 2027.

No plano inflacionista, o FMI indica que a trajectória de desinflação global interrompeu o ritmo observado desde o início de 2024. A inflação mundial deverá aumentar de 4,1% em 2025 para 4,7% em 2026, antes de recuar para 3,9% em 2027. Esta revisão reflecte principalmente o aumento dos preços da energia e dos alimentos, bem como a persistência de pressões inflacionistas diferenciadas entre países.

No mercado de commodities, o FMI assume um preço médio do petróleo de 89,27 dólares por barril em 2026 e 78,70 dólares por barril em 2027, com base nos mercados futuros existentes em 10 de Junho de 2026.

Mercados

No primeiro semestre de 2026, os mercados financeiros internacionais foram influenciados por um ambiente de maior incerteza macroeconómica, marcado pela reavaliação das expectativas de inflação, pela persistência de riscos geopolíticos e pela volatilidade nos preços das commodities. Embora as condições financeiras globais tenham aliviado face aos picos observados no início de Abril, o FMI assinala que os mercados continuaram a incorporar trajectórias de taxas nominais mais elevadas, em resposta ao reaparecimento de pressões inflacionistas e ao aumento dos prémios de risco.

- **Mercados de dívida soberana:** os mercados de dívida soberana mantiveram-se condicionados pela incerteza fiscal, energética e geopolítica. Apesar do alívio das condições financeiras globais após os máximos registados no início de Abril, as taxas de juro de longo prazo permaneceram em níveis elevados, reflectindo a maior sensibilidade dos investidores ao risco de inflação, à sustentabilidade das contas públicas e à possibilidade de novas perturbações nos mercados internacionais de energia. Este enquadramento contribuiu para a manutenção de prémios de risco relevantes nas curvas de rendimento, sobretudo nas economias com maior exposição a necessidades de financiamento e a choques externos.
- **Mercado monetário:** o BCE decidiu aumentar as suas três taxas directoras em 25 pontos base, fixando a Taxa da Facilidade Permanente de Depósito em 2,25%, a Taxa das Operações Principais de Refinanciamento em 2,40% e a Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 2,65%. Consequentemente, as taxas Euribor apresentaram uma trajectória igualmente ascendente ao longo do primeiro semestre de 2026. A Euribor a 3 meses passou de 2,029% no início de Janeiro para 2,324% em 30 de Junho de 2026, enquanto a Euribor a 12 meses aumentou de 2,245% para 2,728% no mesmo período. Para famílias, empresas e instituições financeiras com exposição a taxas variáveis, este comportamento implicou a manutenção de custos de financiamento relativamente elevados.
  Por sua vez, a Reserva Federal manteve, na reunião do FOMC de 16 e 17 de Junho de 2026, o intervalo-alvo da Federal Funds Rate entre 3,50% e 3,75%, evidenciando uma postura prudente face à evolução da inflação e dos riscos para o crescimento económico. Em linha com esta postura, a SOFR manteve-se relativamente estável ao longo do 1º semestre de 2026, passando de uma média mensal de 3,66% em Janeiro para 3,63% em Junho. A 30 de Junho, a taxa fixou-se em 3,68%.
- **Mercado cambial:** no mercado cambial, o primeiro semestre de 2026 foi caracterizado por uma volatilidade moderada no par EUR/USD. Em 30 de Junho de 2026, o Euro situava-se em 1,1422 Dólares, abaixo da média de 1,1624 indicada para 2026, com o pico de 1,2019, registado em 27 de Janeiro, e um mínimo de 1,1356, registado em 24 de Junho. Esta evolução evidencia uma correcção do Euro ao longo do semestre, influenciada pelo diferencial de taxas de juro, pela procura por activos denominados em dólar e pela maior aversão ao risco associada ao contexto geopolítico internacional.
- **Mercado petrolífero:** o mercado petrolífero registou maior pressão no primeiro semestre de 2026, reflectindo os efeitos da guerra no Médio Oriente e os riscos de perturbação nas cadeias globais de abastecimento de energia. Segundo o FMI, os preços das *commodities* permaneceram elevados e os preços da energia ficaram acima dos níveis anteriores ao conflito. O preço do petróleo Brent registou uma trajectória de alta acentuada durante o 1º semestre de 2026, passando de cerca de 66 USD/barril em Janeiro para um pico expressivo em Abril, ultrapassando os 118 USD/barril, antes de corrigir e fechar o mês de Junho a rondar os 73 USD e 75 USD por barril.
- **Mercado accionista:** Os principais mercados accionistas internacionais registaram um desempenho positivo no 1º semestre de 2026, apesar da volatilidade associada à evolução das taxas de juro, às tensões geopolíticas e às elevadas avaliações de alguns sectores. Nos Estados Unidos, o desempenho dos mercados foi sustentado pela robustez dos resultados empresariais e pelo forte dinamismo dos sectores da inteligência artificial e dos semicondutores. Em 30 de Junho de 2026, o índice S&P 500 acumulava uma valorização de aproximadamente 9,6%, enquanto o NASDAQ registava ganhos superiores a 12%, alcançando novos máximos históricos.

4.2. Angola

Crescimento económico

A economia angolana registou um crescimento de 8,74% no 1º Semestre de 2026. Após um crescimento de 5,13% no quarto trimestre de 2025 e de 5,32% no 1º trimestre de 2026, o Produto Interno Bruto (PIB) expandiu-se 8,74% no 2º trimestre, evidenciando um reforço da actividade económica em praticamente todos os sectores.

Este desempenho foi sustentado sobretudo pelo sector não petrolífero, que acelerou de 6,22% no primeiro trimestre para 9,24% no segundo trimestre de 2026. Paralelamente, o sector petrolífero recuperou de uma contracção de 0,21% no 1º trimestre para um crescimento de 5,64%, contribuindo igualmente para a melhoria do desempenho global da economia.

Entre os sectores que mais cresceram no 2º trimestre de 2026, destaca-se o sector mineiro, com uma expansão de 16,46%, muito acima dos 4,37% registados no trimestre anterior. O sector da informação e comunicação manteve um crescimento robusto de 14,30%, embora abaixo dos 27,63% observados no primeiro trimestre. Também se evidenciaram os sectores do alojamento e restauração, com um crescimento de 12,59%, da indústria transformadora, com 12,22%, e do sector financeiro, com 11,83%.

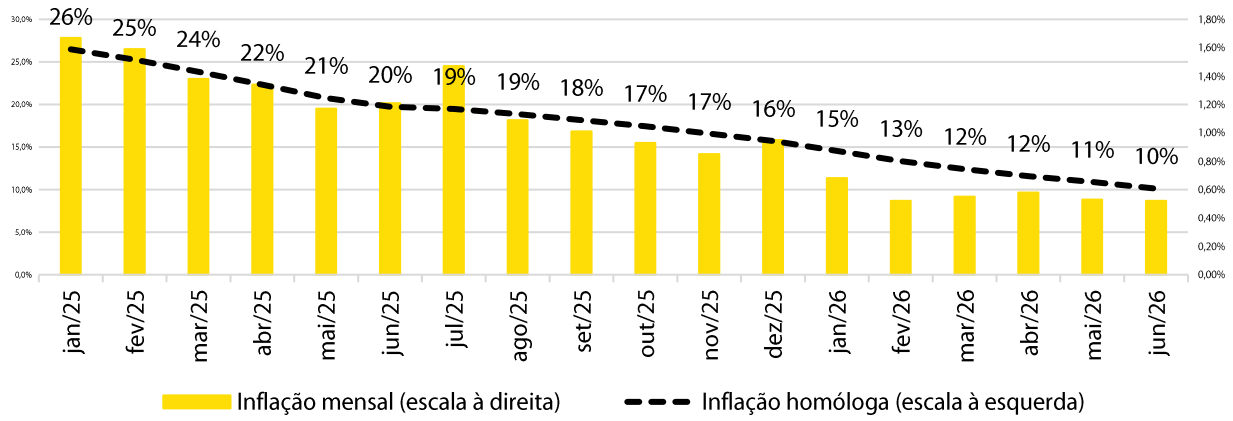
Por outro lado, alguns sectores apresentaram uma desaceleração do ritmo de crescimento. O sector dos transportes e armazenagem, apesar de continuar a registar um crescimento expressivo de 7,63%, desacelerou face aos 16,12% do 1º trimestre. O sector da informação e comunicação seguiu uma trajectória semelhante, embora mantendo um dos desempenhos mais elevados da economia. Já a administração pública reduziu o seu crescimento de 2,83% para 1,12%.

Crescimento Real homólogo do PIB por Sector (%)	4º Trim. 25	2026	
		1º Trim.	2º Trim.
Comércio	3,62	2,21	5,04
Construção	2,01	1,82	3,40
Agricultura	3,02	1,73	1,78
Ind. Transformad.	16,82	7,32	12,22
Informação e comunicação	39,33	27,63	14,30
Administração pública	4,28	2,83	1,12
Imobiliário	3,40	3,37	3,37
Electricidade e água e saneamento	1,44	8,15	10,62
Sector financeiro	7,66	6,84	11,83
Pesca	5,78	8,73	8,94
Mineiro	-7,02	4,37	16,46
Transportes	5,78	16,12	7,63
Aloj. e restauração	18,00	-3,33	12,59
PIB	**5,13**	**5,32**	**8,74**
PIB Petrolífero	**-1,22**	**-0,21**	**5,64**
PIB Não petrolífero	**6,63**	**6,22**	**9,24**

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais, IIº Trimestre 2026

Inflação

A inflação manteve a tendência de desaceleração ao longo do primeiro semestre de 2026. Em Junho, a variação mensal do Índice de Preços no Consumidor Nacional situou-se em 0,52%, enquanto a inflação acumulada atingiu 3,38% e a taxa homóloga recuou para 10,11%.

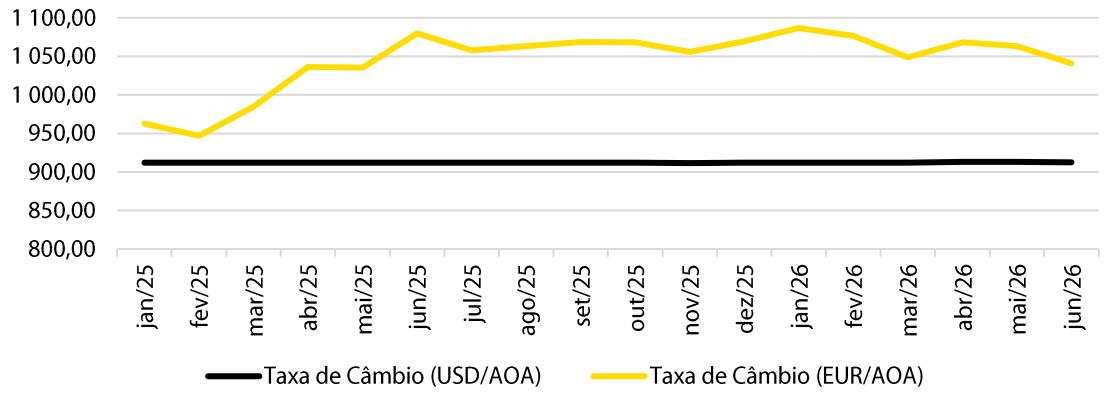


Fonte: INE/BNA

Esta evolução confirma o abrandamento gradual das pressões sobre os preços e cria condições mais favoráveis para a normalização da política monetária. Contudo, a condução da política monetária deverá manter-se prudente, tendo em conta os riscos associados à evolução dos preços dos bens essenciais, às condições cambiais e ao enquadramento económico internacional.

Mercado Cambial

O Kwanza manteve-se relativamente estável face ao Dólar durante o 1º semestre de 2026. Em Junho, a taxa de câmbio situou-se em 912,57 AOA/USD. Face ao Euro, a taxa de câmbio apreciou-se ligeiramente, em 3%, situando-se em 1 040,88 Kwanzas por Euro no final de Junho de 2026, reflectindo a depreciação do Euro face ao Dólar no mercado internacional.



Fonte: BNA

A estabilidade do Kwanza face à moeda norte-americana contribuiu para conter as pressões sobre os preços dos bens importados e apoiou a trajectória de desaceleração da inflação. Contudo, a exposição da economia às receitas petrolíferas e à disponibilidade de divisas continua a justificar um acompanhamento prudente do mercado cambial.

Mercado Monetário e de Capitais

Política monetária

A desaceleração da inflação criou condições para que o Banco Nacional de Angola prosseguisse, em 2026, com o processo de normalização gradual da política monetária. Na reunião realizada em Maio de 2026, o Comité de Política Monetária reduziu a Taxa BNA para 17,00%, ajustando igualmente a Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez para 18,00% e a Taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez para 16,00%.

O coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional, reduziu igualmente, passando de 18,00% para 17,50%.

Taxa	Dez-25	mai-26
Taxa de Juros BNA	18,50%	17,00%
Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FCL)	19,50%	18,00%
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez (FAL)	16,50%	16,00%
Coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) em MN	18,00%	17,50%

Fonte: BNA

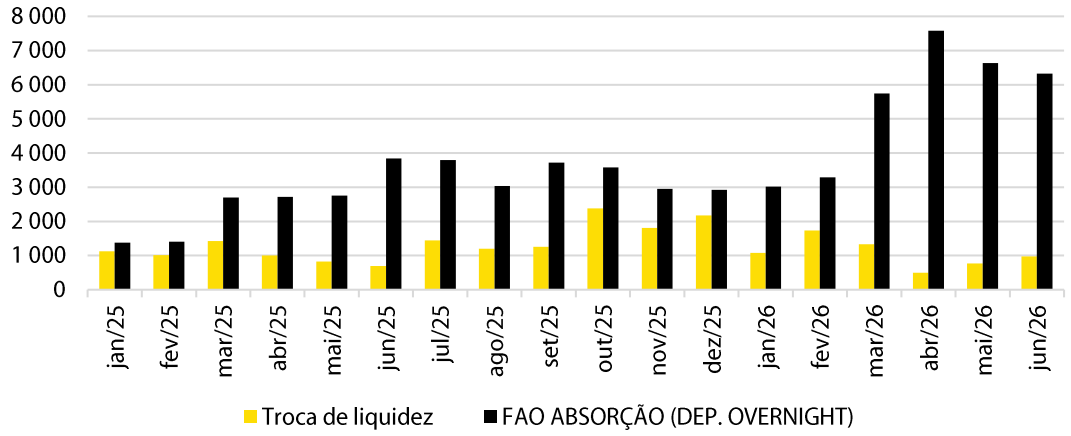
Estas decisões reflectem a evolução favorável da inflação e traduzem uma orientação monetária menos restritiva, destinada a melhorar gradualmente as condições de liquidez e de financiamento da economia. Ainda assim, o BNA manteve uma abordagem prudente, tendo em conta a necessidade de preservar a estabilidade dos preços, do mercado cambial e do sistema financeiro.

Até Junho de 2026, a base monetária registou um crescimento homólogo de 9,8%, situando-se em 4.246 mil milhões de Kwanzas.

Base Monetária (milhares de kwanzas)	jun-25	dez-25	jun-26	Variação (%)
Base monetária	**3 866 208**	**4 342 404**	**4 245 889**	**9,8%**
Base monetária em MN	**2 189 570**	**2 549 127**	**2 648 792**	**21,0%**
Base monetária em ME	**1 676 638**	**1 793 276**	**1 597 097**	**-4,7%**
Notas e moedas em circulação	875 817	1 064 566	1056714	20,7%
Reserva bancária	2 990 391	3 277 837	3 189 175	6,6%
Depósitos obrigatórios	2 550 200	2 568 572	2 662 699	4,4%
Em MN	1 210 168	1 274 600	1 350 415	11,6%
Em ME	1 340 033	1 293 972	1 312 284	-2,1%
Depósitos livres	440 191	709 266	526 476	19,6%
Em MN	103 586	209 961	241663	133,3%
Em ME	336 605	499 305	284813	-15,4%
Outras obrigações face a OSD1	**1 286 967**	**707 866**	**1 447 773**	**12,5%**
OMA	962 185	484 807	1 138 910	18,4%

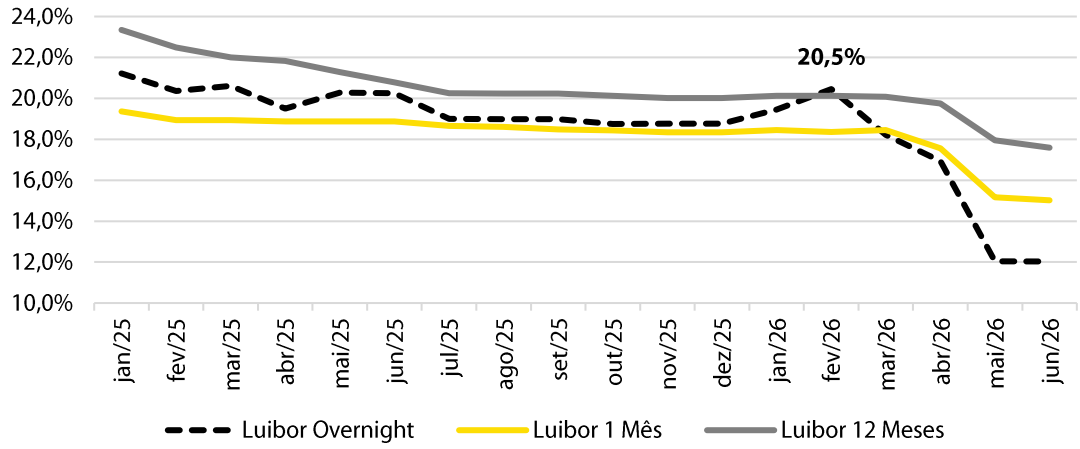
Fonte: BNA

As operações de troca de liquidez entre os bancos totalizaram 6.381 mil milhões de Kwanzas, traduzindo-se num crescimento homólogo de 4,8% relativamente aos 6.089 mil milhões de Kwanzas registados no período homólogo de 2025. Paralelamente, a utilização da Facilidade de Absorção Overnight (FAO) registou uma expansão significativa. No 1º semestre, os depósitos overnight junto do Banco Nacional de Angola ascenderam a 32.579 mil milhões de Kwanzas, mais 120,4% do que os 14.785 mil milhões de Kwanzas observados no mesmo período de 2025. Este comportamento evidencia a persistência de excedentes de liquidez no sistema bancário, levando as instituições financeiras a canalizar uma parcela crescente dos seus recursos para aplicações de curto prazo junto do Banco Nacional de Angola (BNA).



Fonte: BNA

As taxas Luibor registaram uma trajectória descendente ao longo do semestre. A Luibor Overnight recuou de 18,76% em Dezembro de 2025 para 12,03% em Junho de 2026, após ter atingido 20,45% em Fevereiro de 2026. No mesmo período, a Luibor a 1 mês diminuiu de 18,35% para 15,11%, enquanto a Luibor a 12 meses recuou de 20,03% para 17,60%, reflectindo a melhoria das condições de liquidez no sistema bancário e os efeitos do ciclo de redução das taxas directoras promovido pelo Banco Nacional de Angola (BNA).



Fonte: BNA

Mercado de capitais

O mercado de capitais angolano registou um desempenho bastante favorável no 1º Semestre de 2026, com o montante negociado na BODIVA a atingir 4.639 mil milhões de Kwanzas, representando um crescimento homólogo de 97,5%. Esta evolução foi sustentada pelo aumento da negociação de títulos públicos, pelo dinamismo das operações de reporte e pelo fortalecimento gradual dos segmentos accionista e de dívida privada.

O Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT) continuou a dominar a actividade bolsista, representando cerca de 99% do volume negociado no mercado de bolsa, com um montante de 4.577 mil milhões de Kwanzas, mais 95,2% do que no período homólogo. Este crescimento foi impulsionado sobretudo pelas Obrigações do Tesouro, cujo volume aumentou 89,2%, para 4.339 mil milhões de Kwanzas, reflectindo uma maior procura por instrumentos de dívida soberana.

Os Bilhetes do Tesouro também evidenciaram uma recuperação expressiva, com o volume negociado a aumentar 358,2%, passando de 51,9 mil milhões para 238,1 mil milhões de Kwanzas, beneficiando de uma maior procura por instrumentos de curto prazo num contexto de redução das taxas de juro.

O Mercado de Bolsa de Acções (MBA) registou um crescimento de 2 047,3%, alcançando 47,2 mil milhões de Kwanzas, enquanto o Mercado de Bolsa de Obrigações Privadas (MBOP) cresceu 1 339,2%, para 15,2 mil milhões de Kwanzas, o que evidencia um aumento gradual da diversificação do mercado e do interesse dos investidores por instrumentos alternativos aos títulos públicos.

Montante Negociado (milhares de kwanzas)	**1º Sem. 25**	**1º Sem. 26**	**Variação**
Montante Negociado	**2 348 649**	**4 639 455**	**97,5%**
Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT)	**2 345 188**	**4 577 051**	**95,2%**
Bilhetes do Tesouro	51 968	238 105	358,2%
Obrigações do Tesouro	2 293 219	4 338 946	89,2%
Obrigações indexadas ao câmbio (OTTXC)	1 876	199	-89,4%
Obrigações não reajustáveis (OTNR)	1 315 587	3 339 104	153,8%
Obrigações em moeda estrangeira (OTME)	975 756	999 643	2,4%
Mercado de Bolsa de Unidade de Participação (MBUP)	**208**	**8**	**-96,4%**
Mercado de Bolsa de Obrigações Privadas (MBOP)	**1 054**	**15 171**	**1339,2%**
Mercado de Bolsa de Acções (MBA)	**2 199**	**47 225**	**2047,3%**
Mercado de Registo de Operações sobre Valores Mobiliários (MROV)	**696 573**	**1 497 101**	**114,9%**
Mercado de Operações de Reporte (MOR)	**1 283 840**	**2 376 170**	**85,1%**

Fonte: BODIVA - Estatística Geral do Mercado

4.3. Enquadramento Regulatório

Apresentam-se no quadro abaixo, as principais leis e regulamentos emitidos no 1º Semestre de 2026, com impacto na actividade do Banco.

Instrumento	Descritivo
Aviso n.º 01/2026	Regulamentação da actividade de adquirentes e subadquirentes não bancários no sistema de pagamentos, promovendo maior concorrência, inclusão financeira e expansão dos pagamentos electrónicos.
Aviso n.º 02/2026	Alteração parcial do Aviso n.º 10/2024 sobre o regime de concessão de crédito ao setor real, alargando as atividades elegíveis e flexibilizando o acesso ao financiamento para sectores como agricultura, indústria, pescas, saúde farmacêutica e logística.
Aviso n.º 03/2026	Regulamentação do governo societário e do sistema de controlo interno, definindo padrões mínimos para reforço da cultura organizacional e da gestão de riscos nas instituições financeiras.
Aviso n.º 04/2026	Alteração parcial do nº 2 do artigo 8.º do Aviso n.º 03/23, sobre Regras para a Realização de Operações Cambiais por Pessoas Singulares.
Directiva n.º 01/26	Redução da Taxa BNA de 18,5% para 17,5%.

Directiva n.º 02/26	Redução do coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional de 18,0% para 17,5%.
Directiva n.º 03/26	Ajustes das taxas de referência, fixando a Taxa Básica de juros, a taxa da FCL e da FAL em 17%, 18% e 16%, respectivamente.

5.

Estrutura Societária e Governação Corporativa

5.1. Estrutura Accionista

O Banco Sol, S.A. (Banco Sol) foi constituído por escritura pública em 13 de Setembro de 2000, tendo iniciado a sua actividade no dia 2 de Outubro de 2001.

Em 30 de Junho de 2026, o capital social do Banco Sol mantinha o valor nominal de AOA 30 000 milhões, representado por 21 299 907 acções, com o valor unitário de AOA 1 408,46, e encontrava-se integralmente subscrito e realizado pelos seus Accionistas.

Estrutura Accionista

Accionistas	Número de Acções	Valor Nominal (milhares de Kwanzas)	%
Sansul, S.A.	10 862 952	15 300 033	51,00%
Coutinho Nobre Miguel	2 607 109	3 672 008	12,24%
Fundação Lwini	2 129 991	3 000 007	10,00%
António Mosquito	1 348 284	1 899 004	6,33%
Noé José Baltazar	1 154 455	1 626 004	5,42%
Ana Paula dos Santos	1 154 455	1 626 004	5,42%
Sociedade de Comércio Martal, Lda.	1 154 455	1 626 004	5,42%
Júlio Marcelino Bessa	888 206	1 251 003	4,17%
Totais	**21 299 907**	**30 000 066**	**100,00%**

5.2. Modelo de Governo

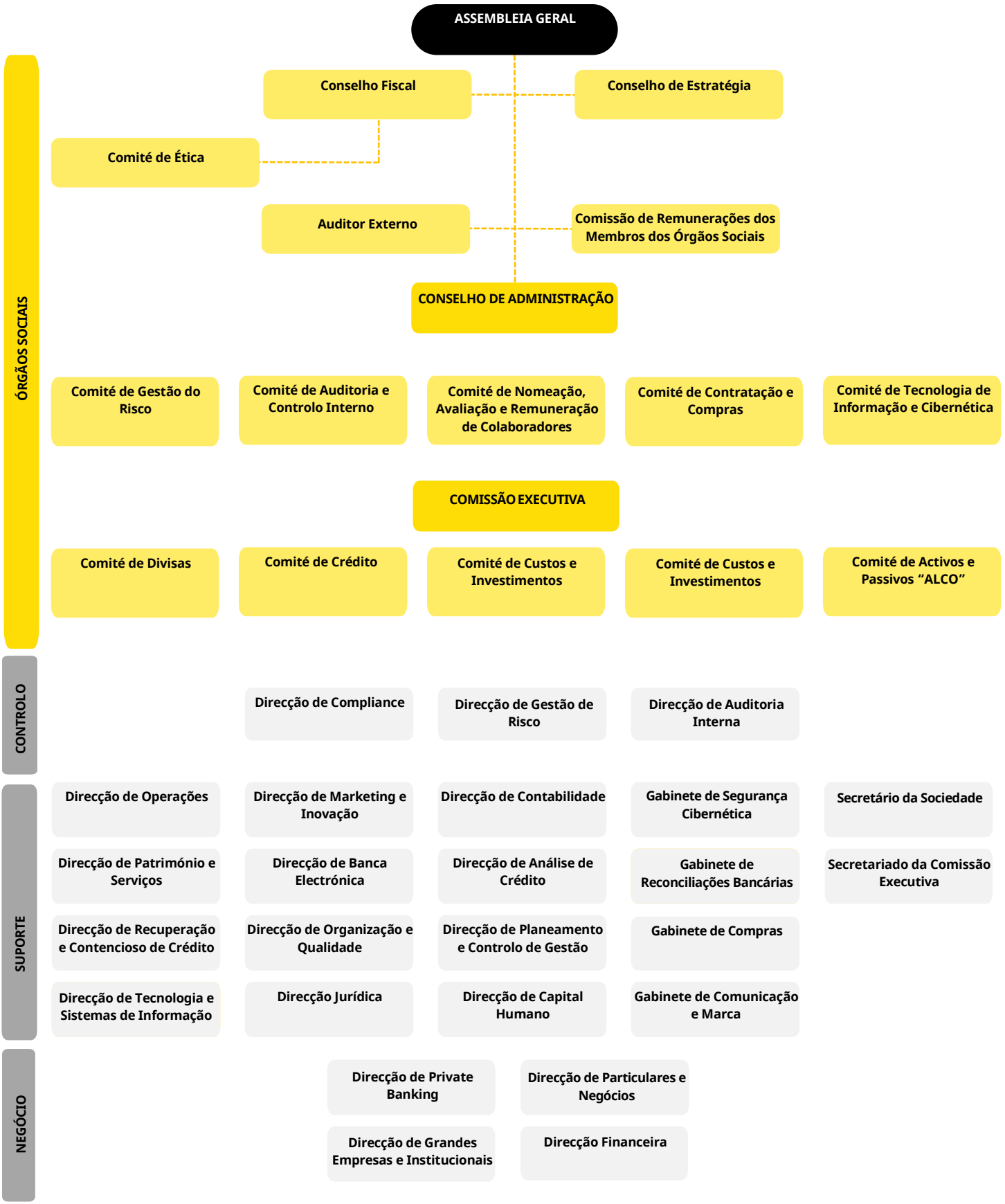
A organização e a governação do Banco Sol foram definidas tendo em consideração as normas legais e regulamentares em vigor, designadamente, as normas gerais constantes da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio (Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras) e as normas específicas do Aviso 03/26, de 23 de Fevereiro (Código do Governo Societário das Instituições Financeiras).

São Órgãos Estatutários do Banco Sol:

- Assembleia Geral;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Administração;

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral realizada em 26 de Abril de 2024. Na mesma data, a Assembleia Geral designou a composição da Comissão Executiva e o seu Presidente, assim como os membros da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais.

O diagrama seguinte sumariza o modelo de governo adoptado pelo Banco Sol.



Assembleia Geral

A Assembleia Geral reúne-se anualmente, em sessão ordinária, até ao fim do primeiro quadrimestre de cada ano, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por deliberação do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por um conjunto de Accionistas que representem pelo menos dois terços do capital social.

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos do Estatuto. Cada 1.000 acções ordinárias, correspondem a um voto.

Tem como principais competências:

i. a eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como a designação do Auditor Externo;
ii. a apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;
iii. a aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos estatutários;
iv. a deliberação da distribuição dos resultados, sob proposta do Conselho de Administração; e
v. a deliberação sobre alterações ao Estatuto.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por 1 (um) Presidente e 2 (dois) Vogais Efectivos, sendo um dos membros perito contabilista.

O Conselho Fiscal reúne-se pelo menos trimestralmente e sempre que for convocado pelo seu Presidente ou requerido pela maioria dos seus Membros.

As suas principais competências compreendem principalmente a fiscalização da actividade da Administração do Banco, zelar pela observância da lei e do contrato de sociedade e assegurar que os valores inscritos nos livros correspondem às melhores práticas e representam a avaliação mais correcta do património da sociedade.

Auditor Externo

A auditoria externa é assegurada pela Ernst & Young Angola. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo estão definidas no Aviso n.º 12/2023 de 04 de Dezembro do Banco Nacional de Angola.

O Banco considera que o Auditor Externo em exercício possui os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

A nomeação do auditor externo ocorre de quatro em quatro anos, em reunião da Assembleia Geral, sendo a sua actividade e independência supervisionadas pelo Comité de Auditoria e Controlo Interno.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é constituído por um número ímpar de membros, composto por treze Administradores, sendo sete Executivos e seis Não-Executivos, dos quais, entre estes últimos, um é o Presidente e três são independentes. São eleitos em Assembleia Geral pelo período de 4 (quatro) anos, até à eleição de novos membros, podendo os seus mandatos ser renováveis, conforme seja deliberado pela Assembleia Geral.

Sem prejuízo de outros comités especializados, incumbidos de forma permanente do acompanhamento e da supervisão, que venham a ser criados, o Conselho de Administração constituiu as seguintes comissões e comités:

- A Comissão Executiva;
- O Comité de Auditoria e Controlo Interno;
- O Comité de Gestão do Risco;
- O Comité de Nomeação, Avaliação e Remuneração dos Colaboradores;
- O Comité de Contratação e Compras; e
- O Comité de Tecnologias de Informação e Cibernética.

Comité de Auditoria e Controlo Interno

O Comité de Auditoria e Controlo Interno tem como missão principal, reforçar a independência e o acompanhamento das funções de Controlo Interno e do Auditor Externo, salvaguardando o alinhamento dos interesses dos diversos stakeholders do Banco, em particular dos Accionistas e dos Clientes, em linha com as melhores práticas de corporate governance, a legislação e a regulamentação interna e externa, aplicável.

O Comité de Auditoria e Controlo Interno é composto por um número ímpar de Membros, devendo incluir 5 (cinco) Administradores Não-Executivos. O seu Presidente é um Administrador Não-Executivo. O Comité de Auditoria e Controlo Interno reúne pelo menos trimestralmente, ou sempre que convocados pelo seu Presidente ou por solicitação de qualquer um dos seus membros.

Comité de Gestão do Risco

O Comité de Gestão de Risco tem como missão principal, assegurar a monitorização integrada dos diferentes tipos de riscos associados à actividade do Banco.

O Comité de Gestão de Risco é composto por um número ímpar de Membros, devendo incluir 5 (cinco) Administradores Não-Executivos. O seu Presidente é um Administrador Não-Executivo. O Comité de Gestão do Risco reúne pelo menos trimestralmente, ou sempre que convocados pelo do seu Presidente ou por solicitação de qualquer um dos seus membros.

Comité de Nomeação, Avaliação e Remuneração dos Colaboradores

O Comité é composto por um número ímpar de membros, devendo incluir 5 (cinco) Administradores não Executivos, sendo o Presidente um Administrador Não-Executivo.

Tem como missão propor/assegurar a definição, implementação e revisão da política de nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores, nos termos do Aviso n.º 01/2022, de 28 de Janeiro, do BNA. Esta reúne, pelo menos, trimestralmente ou sempre que convocados pelo seu Presidente.

Comité de Contratação e Compras

O Comité é composto por um número ímpar de membros, devendo incluir 5 (cinco) Administradores Não Executivos, sendo o Presidente um Administrador Não-Executivo.

Tem como missão principal, reforçar a independência, o acompanhamento e propor a definição, implementação e revisão da política de Contratação e Compras. O Comité reúne pelo menos trimestralmente, ou sempre que convocados pelo seu Presidente ou por solicitação de qualquer um dos seus membros.

Comité de Tecnologias de Informação e Cibernética

O Comité tem como missão principal propor a definição, implementação e revisão da Política de Tecnologias de Informação e Cibernética.

Este Comité é composto por um número ímpar de membros, devendo incluir 5 (cinco) Administradores Não-Executivos, sendo o Presidente um Administrador Não-Executivo. O Comité reúne pelo menos trimestralmente, ou sempre que convocados pelo do seu Presidente ou por solicitação de qualquer um dos seus membros.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por mês, e sempre que for convocado pelo seu Presidente ou requerido por dois dos seus Membros. Compete ao Presidente do Conselho de Administração dirigir a reunião e formular de forma adequada as propostas a submeter à deliberação do Conselho.

No período em análise, o Conselho de Administração realizou 9 (nove) reuniões, sendo 6 (seis) ordinárias e 3 (três) extraordinárias.

Reuniões do Conselho de Administração



Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por um número ímpar, de 7 (sete) membros executivos, eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas, e caso esta não o tenha feito é nomeada pelo Conselho de Administração, e de entre eles um é o Presidente.



Osvaldo Macaia
Presidente do Comissão Executiva



Samahina Saúde
Administrador Executivo



Sandro Silva
Administrador Executivo



Paula Monteiro
Administradora Executiva



Ema Gonçalves
Administradora Executiva



Viriato Capita
Administrador Executivo



Vladmir Cunha
Administrador Executivo

A Comissão Executiva deve fixar a periodicidade das suas reuniões ordinárias, que são convocadas pelo respectivo Presidente ou por iniciativa de dois Administradores Executivos, sendo, no entanto, obrigatória a realização de 1 (uma) reunião quinzenal.

No âmbito das suas funções, a Comissão Executiva constituiu os seguintes comités:

- Comité de Activos e Passivos (ALCO);
- Comité de Crédito;
- Comité de Informática e Segurança;
- Comité de Custos e Investimentos;
- Comité de Divisas; e
- Comité de Qualidade e Melhoria Contínua.

A estrutura funcional do Banco permite uma clara divisão das áreas e funções de cada Direcção e/ou Gabinete, sob a alçada de cada um dos Administradores Executivos.

Comité de Activos e Passivos

É composto pelo Presidente da Comissão Executiva, cuja presença é facultativa e pelos Administradores Executivos.

O Comité é ainda composto pelos responsáveis das seguintes áreas:

i. Direcção de Contabilidade;
ii. Direcção de Mercados Financeiros;
iii. Direcção de Particulares e Negócio;
iv. Direcção de Grandes Empresas e Institucionais;
v. Direcção de Private Banking;
vi. Direcção de Análise de Crédito;
vii. Direcção de Gestão de Risco;
viii. Direcção de Tesouraria;
ix. Direcção de Marketing e Inovação;
x. Direcção de Tecnologias e Sistemas de Informação;
xi. Direcção de Gestão e Recuperação de Crédito.

O Comité de Activos e Passivos reúne no mínimo uma vez por mês e sempre que o exijam os interesses do Banco, e/ou por convocatória do Coordenador e ou na ausência do Coordenador-Adjunto.

Comité de Crédito

O Comité depende hierárquica e funcionalmente da Comissão Executiva, sendo composto pelos Administradores Executivos que tenham os pelouros das áreas comerciais e relacionadas com crédito, desde a concessão, o acompanhamento, a recuperação e o controlo do risco de crédito. Tem como missão assegurar a qualidade, a rentabilidade e a segurança da carteira de crédito do Banco, através da avaliação criteriosa e aprovação das operações de crédito em alinhamento com a Política de Risco e os objectivos estratégicos.

O Comité é ainda composto pelo responsável de cada uma das seguintes Direcções:

i. Direcção de Análise de Crédito;
ii. Direcção de Gestão e Recuperação de Crédito;
iii. Direcções Comerciais (DPN, DGE, DPB);
iv. Direcção Jurídica;
v. Direcção de Gestão de Risco;
vi. Direcção de Capital Humano; e
vii. Direcção de Mercados Financeiros (convidado).

Para o exercício das suas competências, este Comité terá acesso às informações sobre a situação de risco dos Clientes, podendo determinar a natureza, a quantidade, o formato, a frequência e a actualidade das informações relativas aos assuntos e operações em apreço em sede do Comité de Crédito.

Comité de Informática e Segurança

O Comité depende hierárquica e funcionalmente da Comissão Executiva, e tem como missão, orientar, supervisionar e apoiar a gestão da tecnologia e da segurança cibernética, assegurando que os sistemas e dados da organização estejam alinhados às estratégias do negócio. É composto por todos Administradores Executivos e pelos responsáveis das seguintes áreas:

i. Direcção de Tecnologia e Sistemas de Informação;
ii. Gabinete de Segurança Cibernética;
iii. Direcção de Serviços Gerais; e
iv. Direcção de Gestão Risco.

O Comité de Informática e Segurança reúne no mínimo trimestralmente e sempre que o exijam os interesses do Banco e/ou por convocatória do Coordenador ou na ausência do Coordenador-Adjunto.

Comité de Divisas

Depende hierárquica e funcionalmente da Comissão Executiva, sendo composto pelos Administradores Executivos que tenham os pelouros das áreas relacionadas com Operações Cambiais do Banco e pelos responsáveis das seguintes Direcções:

i. Director de Mercados Financeiros;

ii. Director de Operações;
iii. Directores Comerciais (DGE, DPN, DPB);
iv. Director de Gestão de Risco.

Este Comité é responsável por apoiar e aconselhar a Comissão Executiva na gestão prudencial, criteriosa e rigorosa de divisas, de forma a assegurar a cobertura e cumprimento das necessidades dos Clientes.

O Comité de Divisas reúne sempre que o Banco adquire divisas, ou sempre que os interesses do Banco o exijam e/ou por convocatória do Coordenador.

Comité de Custos e Investimentos

O Comité depende hierárquica e funcionalmente da Comissão Executiva, e é composto pelos seguintes Directores:

i. Director do Gabinete de Compras;
ii. Director de Planeamento e Controlo de Gestão
iii. Director dos Serviços Gerais;
iv. Director de Tecnologias e Sistemas de Informação;
v. Director de Contabilidade;
vi. Director de Banca Electrónica;
vii. Director de Gestão de Risco; e
viii. Director de Segurança Cibernética.

Este Comité é responsável por apoiar e aconselhar a Comissão Executiva na definição, priorização e tomada de decisões concretas e tempestivas sobre a política de investimentos e gestão dos custos. O Comité de Custos e Investimentos reúne pelo menos mensalmente e as reuniões devem ser convocadas com, pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, cujas convocatórias deverão ser acompanhadas da informação relativa às Ordens de Trabalho das reuniões.

Comité de Qualidade e Melhoria Contínua

Este Comité tem como missão coordenar, apreciar, debater e decidir sobre assuntos relacionados com a gestão da qualidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco, garantindo o cumprimento de toda a regulamentação e decisões emanadas e em vigor relacionadas com a qualidade dos produtos e serviços críticos.

Depende hierárquica e funcionalmente da Comissão Executiva, sendo composto por três membros da Comissão Executiva e os respectivos Directores das Unidades de estrutura intervenientes, nomeadamente:

- Administrador do Gabinete do Provedor do Cliente;
- Administrador das Direcções Comerciais;
- Administrador da Direcção de Análise de Crédito.
- Director do Gabinete do Provedor do Cliente;
- Directores das Direcções Comerciais;
- Director da Direcção de Análise de Crédito.

O Comité de Qualidade e Melhoria Contínua reúne mensalmente, de forma ordinária e extraordinariamente, sempre que forem convocados pelo coordenador do Comité e as deliberações são tomadas por maioria simples dos Membros presentes.

Principais Políticas

O Banco tem um conjunto de políticas que representam as directrizes que enquadram a sua actuação e garantem o cumprimento rigoroso das normas regulatórias, a robustez dos mecanismos de controlo interno e a consistência dos processos operacionais.

É determinante a existência de um quadro de valores, princípios e regras que conduzam as suas acções e os padrões que estabelecem a forma como o Banco realiza negócios e exerce a sua actividade.

Política de Remunerações

A política de remuneração abrange todos os Colaboradores do Banco. No entanto, relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização existe um conjunto de requisitos que lhes são especialmente aplicáveis.

No organograma existe a Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais, cuja responsabilidade é definir e rever a política de remuneração dos Órgãos Sociais e propor a sua aprovação em Assembleia Geral. A remuneração dos órgãos sociais é aprovada pela Assembleia Geral do Banco Sol.

A remuneração dos Administradores Executivos é composta por uma componente fixa e por uma componente variável, esta última de atribuição não garantida.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por uma componente fixa, não deve estar associada aos resultados da Instituição.

A remuneração dos Administradores não Executivos é composta exclusivamente por uma componente fixa, que pode incluir, designadamente, a remuneração pelo exercício de funções, enquanto membro de comités especiais consultivos e de apoio ao Conselho de Administração.

A remuneração dos Colaboradores é associada às categorias de cada função e ao processo de avaliação, que estão devidamente formalizados, divulgados e alinhados, não só com o Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário, como também e fundamentalmente para com a própria estratégia e perfil de risco da actividade.

Política de Prevenção, Identificação, Mitigação e Gestão de Conflitos de Interesses e Transacções com Partes Relacionadas

A Política de Prevenção, Identificação, Mitigação e Gestão de Conflitos de Interesses e Transacções com Partes Relacionadas estabelece as regras de actuação do Banco Sol e das sociedades pertencentes ao grupo económico do Banco Sol, abrangendo os membros dos Órgãos Sociais e seus Colaboradores, no seu relacionamento com os Clientes do Grupo, assegurando a identificação de situações e áreas de potenciais conflitos de interesses, bem como o tratamento adequado de transacções com partes relacionadas.

A política tem os seguintes objectivos principais:

- Garantir a prevalência dos interesses dos Clientes em situação potencial de conflito entre os interesses dos seus Clientes e os das entidades que integrem o Banco Sol, dos titulares dos seus órgãos sociais ou os seus Colaboradores;
- Regular os processos de identificação, avaliação, decisão e monitorização de Transacções com Partes Relacionadas, em conformidade com a legislação aplicável;
- Estabelecer regras relativas para a identificação de Transacções do Banco com Partes Relacionadas;
- Assegurar transparência e equidade no tratamento dos Clientes, protegendo os interesses comerciais do Banco, sempre que os Colaboradores actuem em situações de potencial conflito de interesses;
- Cumprir os requisitos legais aplicáveis a Transacções com Partes Relacionadas, garantindo a sua identificação, actualização, e monitorização em alinhamento com a norma de processo e manual de procedimentos;
- Garantir a transparência das actividades do Banco, quer através da divulgação tempestiva aos Clientes e aos órgãos do Banco sobre ocorrência de situações de conflito de interesses; quer através da manutenção de registos documentais relativos a tais situações e do reporte periódico.

Esses objectivos visam proteger os interesses dos Clientes, Depositantes, Accionistas e Colaboradores do Banco, e garantir o cumprimento das orientações das entidades reguladoras e/ou de supervisão.

A identificação e gestão dos conflitos de interesses constituem, por conseguinte, um compromisso que envolve toda a estrutura do Banco Sol, sustentado pelo modelo de governo e baseada nos princípios de legalidade, universalidade e igualdade, transparência e responsabilidade. Estes princípios contribuem para a estabilidade do sistema financeiro promovendo equidade, integridade e transparência.

Política de Compliance

A Política de Compliance tem por objectivo estabelecer orientações adequadas para garantir a conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como definir as responsabilidades e atribuições da Função de Compliance, na gestão da componente do Risco.

Esta política define a organização, os mecanismos e os procedimentos necessários para:

- Minimizar a probabilidade de ocorrências/ ou eventos que produzem irregularidades;
- Identificar, reportar e resolver eventuais não conformidades;
- Evidenciar, sendo necessário, que o Banco dispõe de uma estrutura organizada e medidas adequadas para atingir os objectivos mencionados.

A Política é regida pelos seguintes princípios: ética, integridade, transparência e conformidade (compliance).

As directrizes orientadoras da função de Compliance são as seguintes:

- Manter padrões de integridade e valores éticos por intermédio da disseminação de princípios, que demonstrem a todos os Colaboradores do Banco a importância dos controlos internos, risco operacional, prevenção ao Branqueamento de Capitais;
- Proteger a reputação e interesses do Banco, proporcionando maior confiabilidade e segurança operacional as actividades desenvolvidas;
- Assegurar conformidade com as leis e normativos divulgados pelo Banco Nacional de Angola e por outros órgãos reguladores, das actividades desenvolvidas pelo Banco, prevenindo infracções e sanções legais, além de propiciar aderência às políticas, manuais e procedimentos internos estabelecidos;
- Garantir estruturas que conduzam à compreensão dos principais riscos decorrentes de factores internos e externos, com o intuito de assegurar que os mesmos sejam identificados, monitorados e avaliados;
- Manter a estrutura da Direcção de Compliance e as suas responsabilidades consistentes com os requisitos legais;
- Garantir o cumprimento no âmbito da sua actividade, das exigências legais, regulamentares, estatutárias, operacionais, tutelares, éticas e de conduta que, a cada momento, lhes são aplicáveis, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e o normativo legal a que se encontram sujeitos.

Política de Transparência e Divulgação de Informação

A informação de publicação obrigatória deve ser divulgada de forma completa, correcta e atempada.

Qualquer divulgação institucional que seja decidida efectuar sobre o Banco ao mercado, deve basear em informação completa, correcta, actualizada e adequada.

A prestação de informação deve sempre obedecer às regras de sigilo bancário. A divulgação da informação obrigatória deve:

- Ser sempre expressa em moeda nacional;
- Ser sempre efectuada em língua portuguesa podendo, em casos pontuais, também ser divulgada em língua inglesa, ou qualquer outra língua estrangeira, conforme for aplicado;
- Ser feita no Site Institucional do Banco, na página www.bancosol.co.ao
- Ter em consideração todas as disposições legais que estejam em vigor a data da sua publicação.

As informações obrigatórias devem ser conservadas por um período mínimo de 5 anos.

Política de Comunicação de Irregularidades (Canal de Ética)

A Política de Comunicação de Irregularidades tem por objectivo promover e assegurar uma actuação que se pauta por elevados padrões éticos e de integridade, bem como cumprir com as leis e regulamentos em vigor.

O Canal de Ética do Banco é anónimo, confidencial, independente e autónomo, permitindo a recepção, tratamento, investigação e arquivo das participações de actos ou omissões tais como:

- A adulteração de registos ou controlos contabilísticos ou outros temas conexos com a organização contabilística,
- Quaisquer práticas susceptíveis de constituírem crimes de corrupção, recebimento indevido de vantagem, tráfico de influência, peculato, fraude ou outros crimes análogos;
- Situações susceptíveis de colocar o Banco Sol em situação de desequilíbrio financeiro ou de causarem dano no património dos Clientes ou dos detentores do capital.

O Banco Sol assegura e garante a confidencialidade das participações recebidas, bem como a protecção dos dados pessoais do seu autor e do suspeito da prática da infracção.

Política de Segurança de Informação

A Política de Segurança da Informação tem como objectivo estabelecer o conjunto de princípios, regras e responsabilidades que orientam a protecção dos activos de informação da instituição, assegurando padrões de confidencialidade, integridade e disponibilidade adequados ao sector bancário. A política enquadra-se nos normativos internacionais de referência, nomeadamente nas normas ISO/IEC 27001 e ISO/IEC 27002, bem como na regulamentação emitida pelo Banco Nacional de Angola relativa à segurança cibernética e à gestão de riscos tecnológicos.

Esta política aplica-se a todos os utilizadores internos e externos com acesso aos sistemas, dados ou infraestruturas tecnológicas do Banco, incluindo colaboradores, fornecedores, consultores e prestadores de serviços.

O seu enquadramento estabelece responsabilidades claras:

- O Conselho de Administração aprova e orienta a política;
- A Comissão Executiva garante os meios para a sua implementação;
- A Direcção de Tecnologia de Informação assegura os mecanismos técnicos de segurança e gestão de acessos; e
- O Gabinete de Segurança Cibernética supervisiona riscos, incidentes, testes, formação e monitorização contínua.

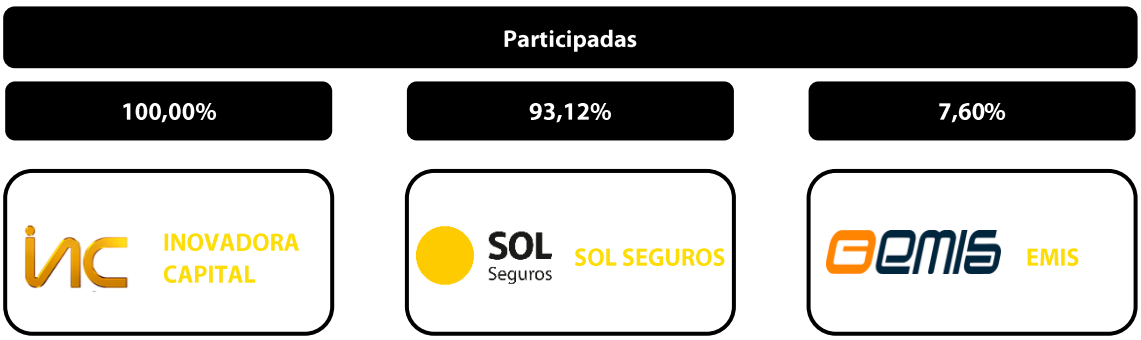
Regulamento Interno e Código de Conduta

O Regulamento Interno e Código de Conduta é aplicável ao Banco Sol e estabelece as regras de organização e funcionamento, competências e deveres, enquanto entidade patronal, bem como dos Colaboradores com vínculo laboral decorrente do contrato individual de trabalho. Define ainda as normas e procedimentos a observar no Banco, incluindo o funcionamento e a disciplina da actividade laboral, bem como o estabelecer direitos e deveres dos Colaboradores.

O Código mencionado é entregue a todos os Colaboradores no momento da sua contratação e está devidamente publicado no intranet do Banco. Contém as normas, as regras e os princípios a observar na actividade bancária, financeira e sobre as operações de valores mobiliários ou produtos derivados negociados em mercados organizados.

Participações Financeiras

Em 30 de Junho de 2026, o Banco detinha as seguintes participações financeiras:




Outros Investimentos
8.00%
10.00%
0.95%
SOPROS, S.A.
SODECOM, S.A.
BODIVA, S.A.

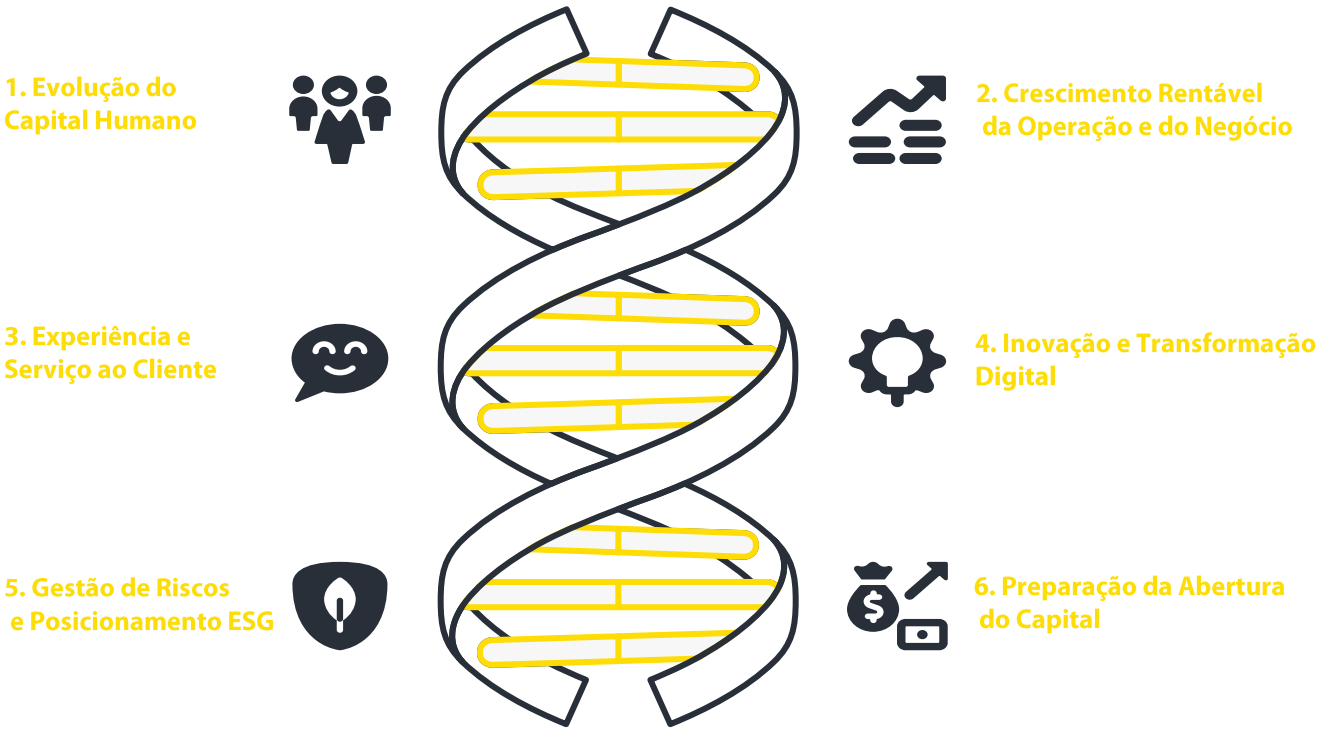
6.

Desempenho Estratégico

6.1. Linhas Estratégicas

No primeiro semestre de 2026, o Banco Sol manteve o ritmo de execução do Plano Estratégico 2024-2027. O Plano reflecte a visão do Conselho de Administração quanto ao posicionamento da Instituição no sector bancário e assenta em 6 linhas estratégicas, desdobradas em por 40 iniciativas. Estas iniciativas sustentam os objetivos de crescimento sustentável e de solidez financeira do Banco.

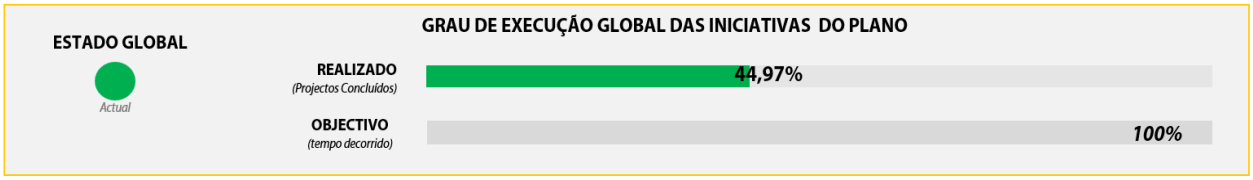
Eixos Estratégicos



1. **Evolução do Capital Humano** - Medidas que visam reforçar as competências dos colaboradores do Banco, bem como o seu nível de satisfação e de produtividade.
2. **Crescimento Rentável da Operação e do Negócio** - Medidas que visam reforçar a dinamização comercial e melhorar a proposta de valor aos clientes, como forma de rentabilizar o negócio.
3. **Experiência e Serviço ao Cliente** - Medidas que visam melhorar a experiência do cliente através da simplificação dos processos e melhoria dos SLA's.
4. **Inovação e Transformação Digital** - Medidas que visam modernizar o modelo de distribuição do Banco, através de um ecossistema que permita o autosserviço de forma rápida e segura.
5. **Gestão de Riscos e Posicionamento ESG** - Medidas que visam reforçar os mecanismos de identificação, quantificação, acompanhamento e mitigação dos impactos dos riscos associados à actividade do Banco.
6. **Preparação da Abertura do Capital** - Medidas que visam preparar o Banco para a abertura do capital.

À data de referência, o **Plano Estratégico 2024-2027** registou um grau de execução global ponderado de **44,97%,** reflectindo a evolução das três vagas actualmente em implementação.





Este desempenho reflecte os ajustamentos realizados à estrutura inicial do Plano e o seu contributo para a eficiência operacional, racionalização de recursos e reforço da execução estratégica do Banco, mantendo-se previstas cinco iniciativas adicionais a implementar em 2027, no âmbito da 4.ª vaga.

Iniciativas por Vaga

Vaga	Ano	Total	Concluídas	Em curso	Por Iniciar
1ª	2024	19	5	14	0
2ª	2025	10	0	9	1
3ª	2026	6	0	5	1
4ª	2027	5	0	0	5
Total		**40**	**5**	**28**	**7**

Até 30 de Junho de 2026, o Banco concluiu com sucesso 5 (cinco) iniciativas estratégicas e evidenciou progressos relevantes na execução de um conjunto de outras iniciativas, reforçando o compromisso com a optimização organizacional, a dinamização comercial, a melhoria da experiência do Cliente e o fortalecimento da eficiência operacional. As iniciativas concluídas foram as seguintes:

- Revisão da Estrutura Organizacional, que resultou na optimização do número de Direcções, Gabinetes, Departamentos e Coordenações;
- Programa de Activação Comercial em Depósitos de Clientes.
    - Principais achievements:
        - Captação de novos recursos e retenção de recursos existentes, com impacto no crescimento da carteira de depósitos.
- Modelo de Objectivos e Incentivos.
    - Principais achievements:
        - Aumento da carteira de depósitos, através da captação de novos recursos em depósitos à ordem e depósitos a prazo;
        - Crescimento da carteira de crédito, suportado pela concessão de novas operações de crédito;
        - Redução do crédito vencido, em alinhamento com as metas estabelecidas;
        - Captação de novos Clientes;
        - Incremento da venda de apólices de seguros; e
        - Reconhecimento e pagamento dos incentivos referentes ao I.º, II.º e III.º Ciclos Comerciais de 2025 aos Colaboradores elegíveis.
- Transformação da Jornada de Crédito Particulares.
    - Principais achievements:
        - Maior eficiência dos processos, decorrente da reorganização interna, com melhoria dos SLA's;
        - Maior rigor no cumprimento dos procedimentos regulamentares;
        - Maior consistência nos processos de análise, decisão e desembolso de crédito;
        - Reforço do acompanhamento e controlo da carteira em incumprimento.
- Evolução dos Canais Digitais.
    - Principais achievements:
        - Maior praticidade e autonomia na realização de transacções;
        - Disponibilização de funcionalidades de cancelamento, bloqueio e desbloqueio de conta;
        - Definição e gestão de limites de transacção associados ao cartão Multicaixa;
        - Disponibilização da funcionalidade de levantamento sem cartão;
        - Subscrição e gestão de depósitos a prazo;
        - Simulação de crédito;
        - Consulta do estado do financiamento; e
        - Consulta de saldo da conta.

Destacam-se, igualmente, os resultados já alcançados no âmbito de iniciativas ainda em curso, dos quais se salientam:

- Modelo de objectivos e avaliação de desempenho:
    - Implementação do modelo de avaliação 360º que fortalece a objectividade e equidade;
    - Definição de objectivos com foco em metas corporativas;
    - Avaliação de competências comportamentais com base nos aspectos de liderança, comunicação, trabalho em equipa, foco no cliente e orientação nos resultados;
    - Geração de dados que garantem diagnósticos confiáveis para tomada de decisões assertivas;
- Modelo de serviço e oferta para clientes do sector Oil & Gas:
    - Definição de uma proposta de valor segmentada e ajustada às necessidades específicas dos Clientes do sector Oil & Gas;
    - Estruturação de um modelo de atendimento especializado, assente na proximidade, no acompanhamento dedicado e na melhoria da experiência do Cliente;
    - Identificação de produtos e serviços financeiros prioritários para empresas, colaboradores e fornecedores integrados na cadeia de valor do sector;

- Criação de bases para o reforço da captação, retenção e fidelização de Clientes estratégicos deste segmento.

- Modelo de serviço e oferta PMES:
  - Definição da estratégia do modelo de serviço e proposta de valor para os Clientes PME;
  - Desenvolvimento e sistematização do catálogo de produtos e serviços, alinhado às necessidades específicas dos Clientes PME;
  - Criação e implementação de centros especializados de atendimento.

7.

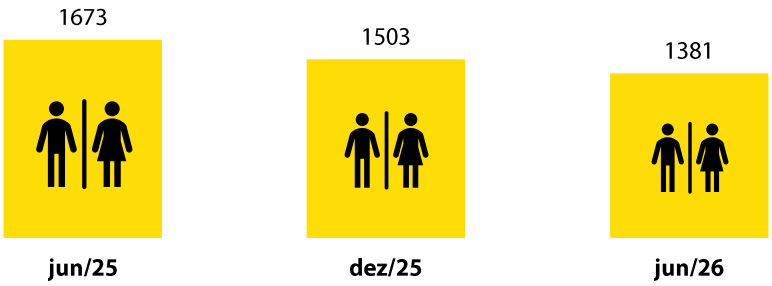
Capital Humano

7. Capital Humano

No actual contexto de reestruturação e recapitalização, bem como de modernização do sector bancário angolano, o Banco Sol reconhece que o seu principal activo são as pessoas, pois são elas que traduzem a visão da Instituição em acções concretas e asseguram a qualidade do serviço aos Clientes.

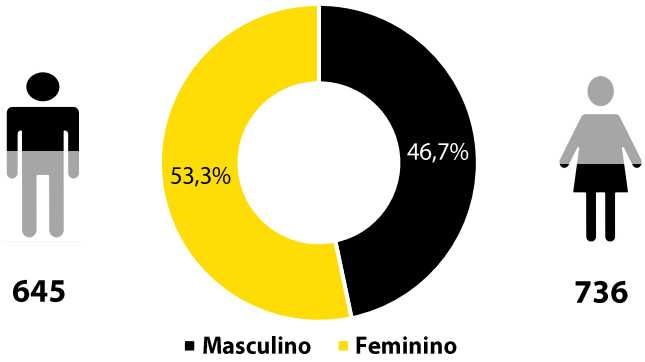
7.1. Caracterização do Pessoal

Em 30 de Junho de 2026, o número de Colaboradores era de 1.381, tendo-se registado uma redução de 122 Colaboradores em relação a 2025 (1.503 em 31 de Dezembro de 2025).

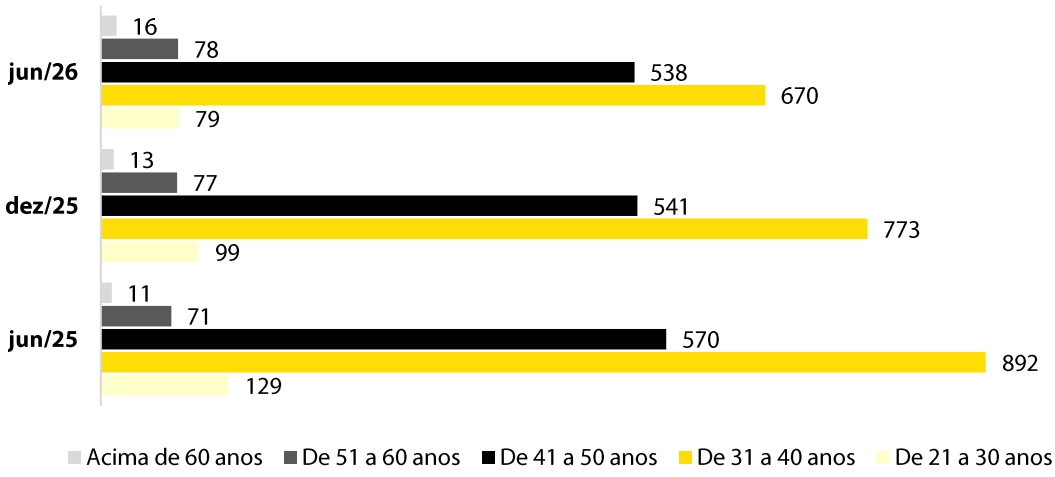


Esta redução é resultado do processo de redimensionamento da rede de Agências e do Pessoal, no âmbito do Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR) em curso.

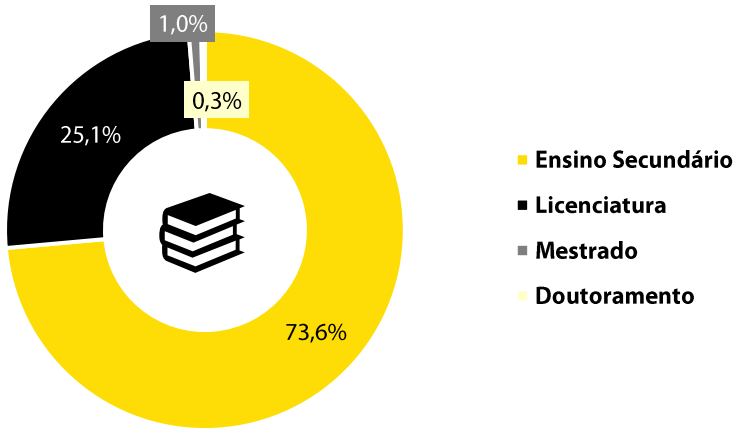
Relativamente à distribuição dos Colaboradores por género, verificou-se a manutenção da predominância do género feminino, com um peso de 53,3% em Junho de 2026.



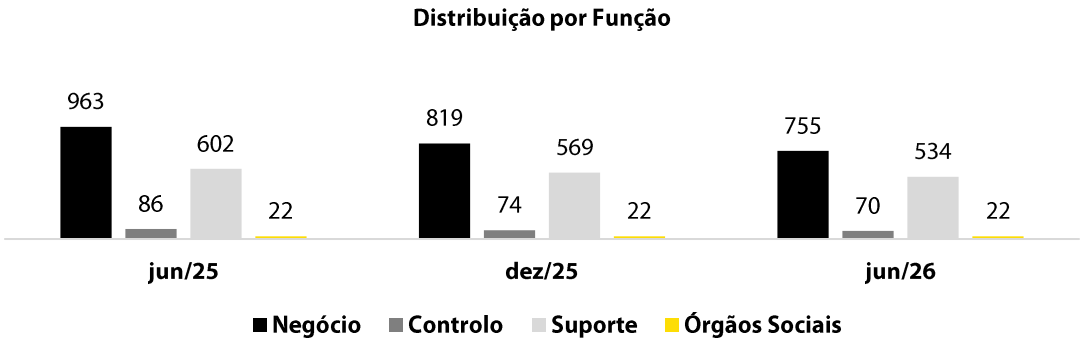
A idade média dos Colaboradores do Banco era de 40 anos e a antiguidade média situava-se um pouco acima dos 12 anos. A distribuição dos Colaboradores por escalões etários é a seguinte:



Por nível académico, verifica-se uma concentração dos Colaboradores no Ensino Secundário, com um peso de 73,6%, seguindo-se os Licenciados, com um peso de 25,1%.



Por distribuição funcional, é de notar que, no 1º Semestre de 2026, 54,7% dos Colaboradores estavam afectos às áreas de negócio (54,5% no final de Dezembro de 2025), 38,7% às áreas de suporte (37,9% no final de Dezembro de 2025) e 5,1% às áreas de controlo (4,9% no final de Dezembro de 2025).



7.2. Formação

No 1º Semestre de 2026, o Banco manteve o seu compromisso com a Valorização do Capital Humano, promovendo iniciativas orientadas para o fortalecimento da cultura organizacional e para o bem-estar dos Colaboradores.

Ao longo do semestre, foram ministradas 44 acções de formação, beneficiando 351 Colaboradores.

As formações realizadas pelo Banco, no período em análise, enquadram-se na iniciativa "**CH2 – Programa Global de Formação**", e visam dotar os Colaboradores da Instituição de competências e habilidades fundamentais para implementar o Plano Estratégico, num contexto de rápidas alterações no perfil dos Clientes e nos modelos de negócio dos Bancos.

8.

Desempenho Operacional e Comercial

8. Desempenho Operacional e Comercial

O Banco adoptou um modelo de negócio de banca universal, disponibilizando produtos e serviços financeiros a particulares e empresas, através de uma rede de agências em todo o território nacional e de canais digitais. Este modelo inclui uma abordagem direcionada a sectores específicos como o *Oil & Mining* e as PME's, dado o seu potencial de crescimento e a relevância para a economia.

8.1. Rede de distribuição

O modelo de distribuição do Banco Sol está a evoluir em linha com o Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR), que tem como uma das principais medidas, a optimização da rede de agências físicas e o alargamento da presença do Banco através de canais modernos e rentáveis, tais como ATM's Centers, Agentes Bancários, Gestores Remotos, Balcões Móveis e outros, com o objectivo de minimizar os custos de serviço e aumentar os níveis de satisfação dos Clientes.

Neste sentido, no 1º Semestre, o Banco procedeu com o encerramento de 19 Unidades de Negócios, passando a rede de Agências de 116 para 97 Unidades de Negócio no fim do período em análise.

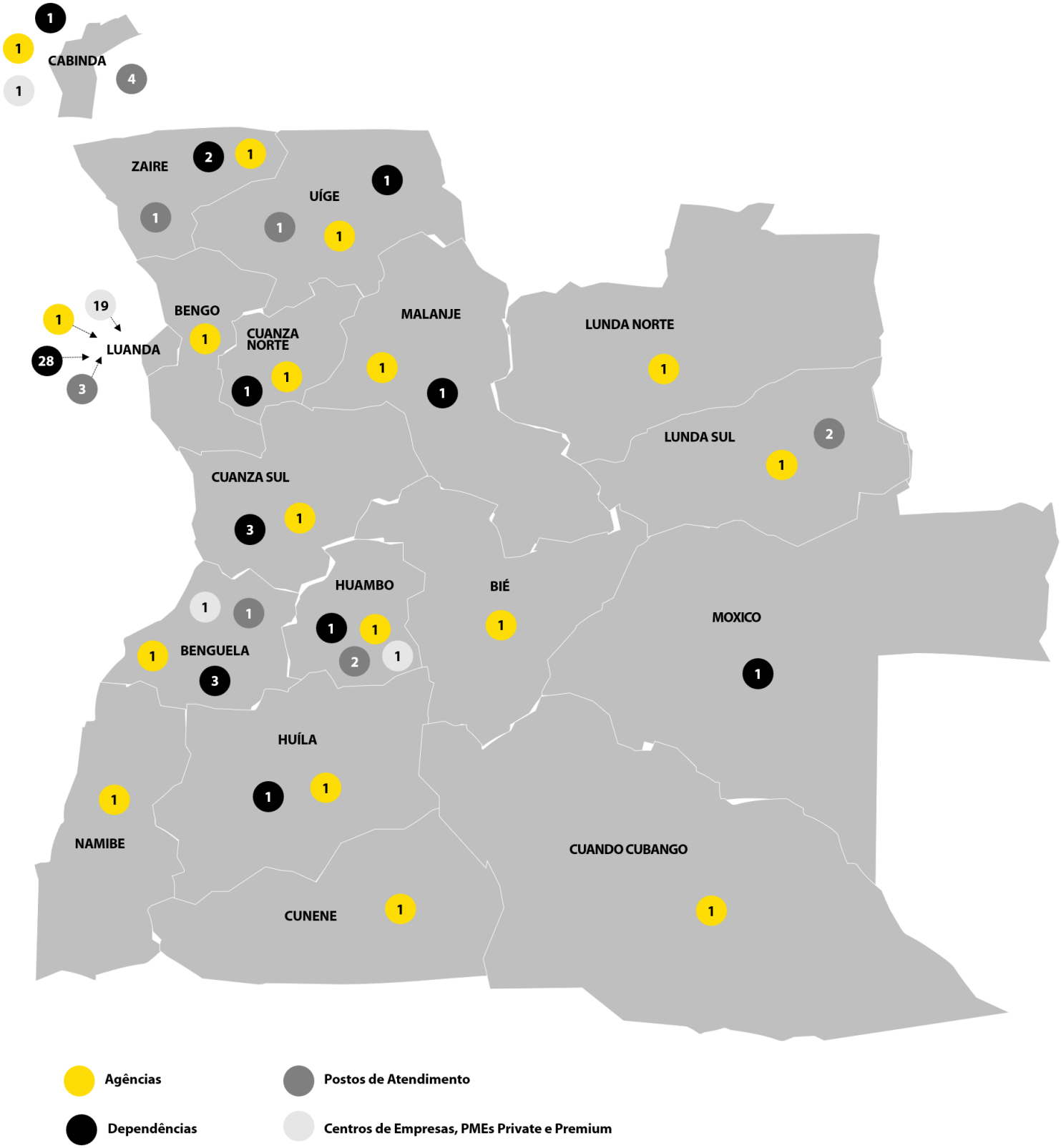


A 30 de Junho de 2026, a rede de distribuição do Banco Sol tinha a seguinte composição:

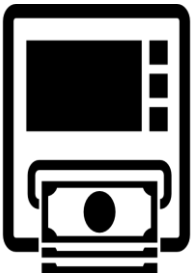
Rede de Distribuição	jun/25	dez/25	jun/26
Agências	18	18	18
Dependências	59	59	43
Postos de Atendimento	25	25	14
Centros de Empresas	9	9	4
Centro Private	1	1	1
Centros PME	0	0	12
Centro Premium	2	4	5
TOTAL	**114**	**116**	**97**

Neste âmbito, importa destacar o funcionamento de 5 Centros Premium, exclusivamente dedicados a Clientes Affluent, e de 12 Centros para o atendimento especializado das PME's.

O Banco Sol mantém presença em todas as províncias de Angola, com natural preponderância para a província de Luanda.



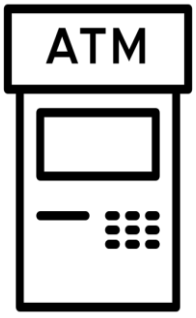
O Banco continuará a assegurar a sua presença através de canais alternativos e modernos, destacando-se, a data de referência, os seguintes pontos de atendimento:



7 **MDA's (Máquinas de Depósitos Automáticos)**

O parque de MDA's permitiu aumentar a autonomia dos Clientes nas operações mais comuns, economizando tempo. O Banco optou por uma abordagem descentralizada através da instalação das MDA's em zonas de maior concentração da população e de Clientes.

O parque de MDA's permitiu aumentar a autonomia dos Clientes nas operações mais comuns, economizando tempo. O Banco



12 **ATM'S CENTER**

Apesar da evolução significativa dos meios de pagamentos electrónicos, a preferência por pagamento em *cash* ainda prevalece nas transacções comerciais, no mercado angolano. A baixa literacia financeira, a insuficiente bancarização da população e o elevado peso da economia informal, são factores que contribuem para este padrão. Neste sentido, o Banco combina, no seu modelo de distribuição, abordagens *cash* e *cashless*, disponibilizando centrais de ATM's que cubram as necessidades de levantamentos e outras.

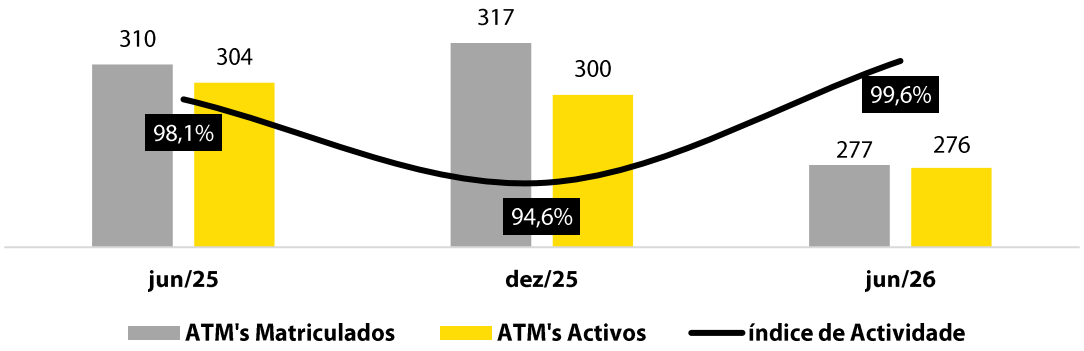
Ainda sobre a rede de distribuição do Banco, estão em curso um conjunto de outras iniciativas que terão impacto na sua evolução e transformação, com destaque para as seguintes:

- Transformação da rede tradicional por via da implementação de estruturas mais económicas, tais como balcões móveis e balcões itinerantes, tornando-a mais abrangente do ponto de vista de cobertura nacional;
- Implementação do serviço de Agente Bancário, com o objectivo de, por um lado, alargar o nível de penetração territorial, em linha com o Aviso nº 4/22, do Banco Nacional de Angola, e por outro lado, assegurar a manutenção da presença do Banco nas zonas recônditas.

8.2. Canais e Meios de Pagamento Electrónico

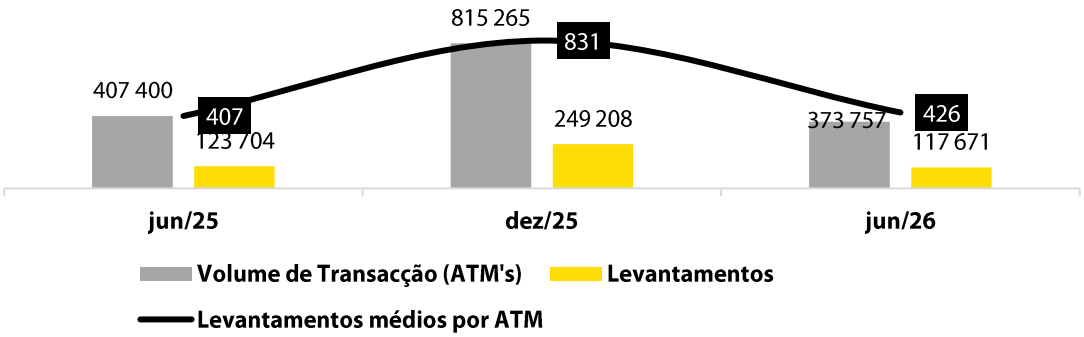
ATM's

O Banco encerrou o 1º Semestre de 2026 com 276 ATM's Activos, menos 24 em relação ao final de Dezembro de 2025. Esta redução deveu-se à desactivação de um conjunto de máquinas que se encontravam alocadas às unidades encerradas, bem como em estado obsoleto. Com efeito, registou-se uma melhoria no índice de actividade dos ATM's, atingindo 99,6%.



No 1º Semestre de 2026, os ATM´s transaccionaram cerca de 373,8 mil milhões de Kwanzas, menos 8,3% que no período homólogo. A redução do volume de transacções nos ATM´s do Banco, deveu-se a desactivação de um conjunto de máquinas que se encontravam obsoletas.

(em milhões de Kwanzas)

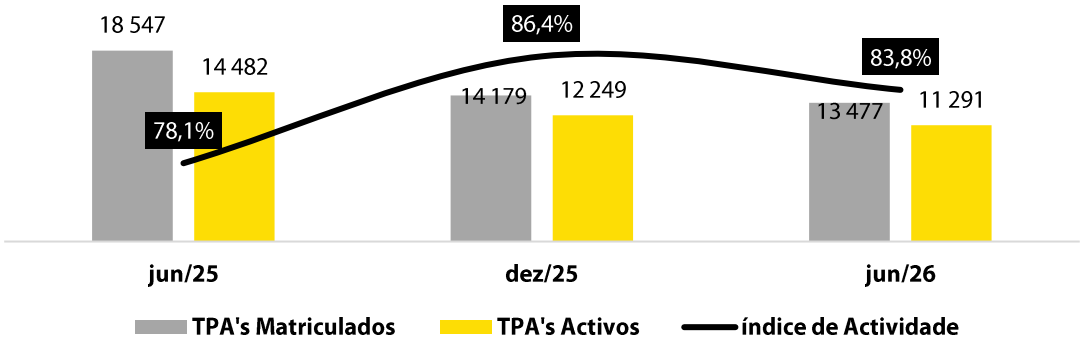


Para reverter este quadro, o Banco vem implementando uma estratégia de optimização e realocação dos ATM´s, com objectivo de melhorar o índice de actividade e assegurar maior eficiência operacional. À luz desta estratégia, o volume de dispensação por ATM aumentou 19 milhões de Kwanzas quando comparado com o período homologo, para 426 milhões de Kwanzas.

TPA`s - Terminais de Pagamento Automático

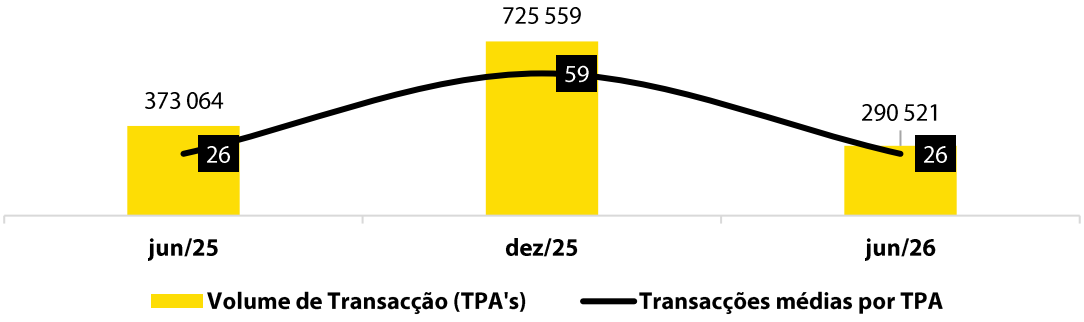
O parque de TPA`s activos era de 11.291 máquinas, menos 702 máquinas em relação a Dezembro de 2025, reflectindo o processo de saneamento decorrente do abate de um conjunto de máquinas inoperantes. Esta redução resultou de um exercício de reconciliação e validação do parque de TPA`s, em articulação com a EMIS, que permitiu identificar e desactivar máquinas sem registo de transacções por avaria, ou associadas a comerciantes já encerrados.

Consequentemente, o índice de actividade reduziu de 86,4% para 83,8% no fim do 1º Semestre de 2026.



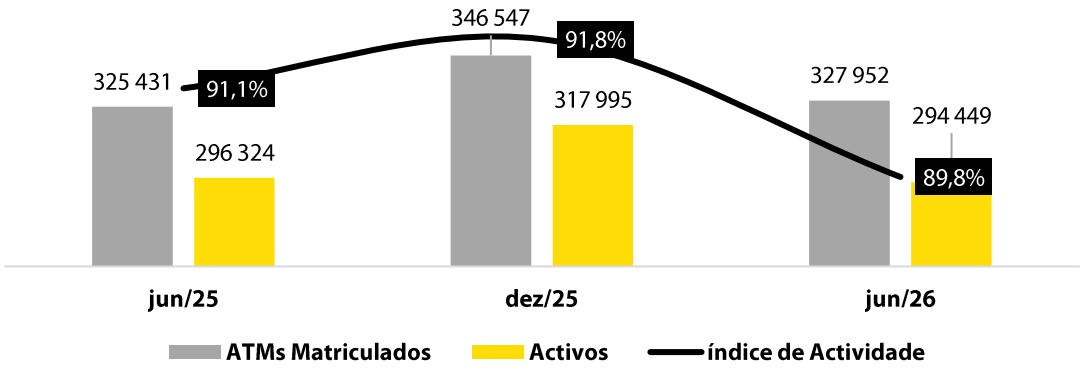
No 1º Semestre de 2026, o parque de TPA`s do Banco, transaccionou cerca de 290,5 mil milhões de Kwanzas, uma redução de 22,1% face ao período homologo. Em média, cada TPA transaccionou 26 milhões de Kwanzas.

(em milhões de Kwanzas)



Cartões Multicaixa

Os cartões Multicaixa representam um instrumento importante na relação do Banco com os Clientes. No 1º Semestre de 2026, o Banco detinha 294.449 cartões activos, o que representou uma redução de 23.546 cartões em comparação com Dezembro de 2025.



Registou-se uma ligeira redução do Índice de Actividade dos Cartões Multicaixa, passando de 91,8% no final de 2025 para 89,8% no 1º Semestre de 2026.

Cartões de Crédito

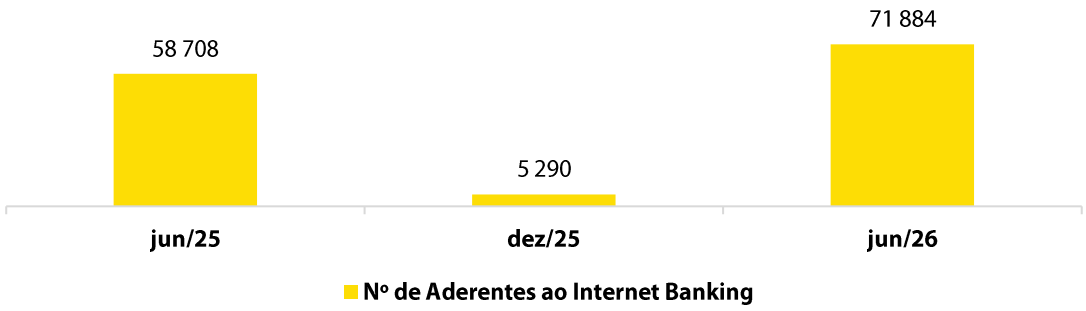
No 1º Semestre de 2026, os Clientes transaccionaram um total de 401 milhões de Kwanzas em cartão de crédito, o equivalente a cerca de 385,5 mil Euros, o que representa uma redução de 26,7% em relação ao valor transaccionado no período homologo, apesar do aumento do número de cartões activos, de 663 para 868. Este desempenho

deveu-se a um maior controlo do risco de crédito e cambial associado a estas operações e à necessidade de garantir uma maior rentabilidade nas transacções.

Cartão de Crédito	jun/25	dez/25	jun/26
Nº de Cartões de Crédito Mastercard	**663**	**712**	**868**
Volume de transacção (AKZ)	547 443 847	6 451 899 842	401 297 219
Volume de transacção (USD)	600 297	7 072 234	439 744
Volume de transacção (EUR)	507 000	6 032 508	385 538

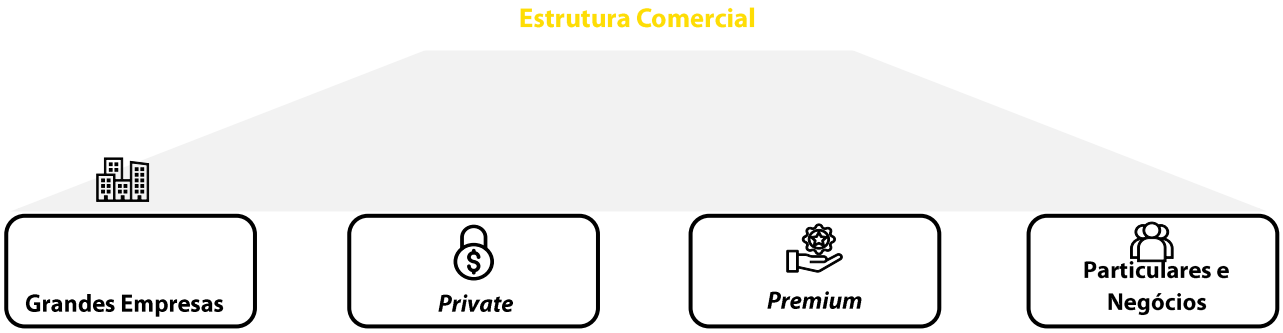
Internet e Mobile Banking

No 1º Semestre, os canais de Internet e Mobile Banking registavam 71.884 aderentes, mais 66.594 aderentes em relação a Dezembro de 2025. Esta variação significativa é explicada pela migração de clientes da plataforma SOL NET para a plataforma SOL KUMBU, mais moderna e intuitiva, com funcionalidades que alargam a autonomia dos clientes na realização de operações.



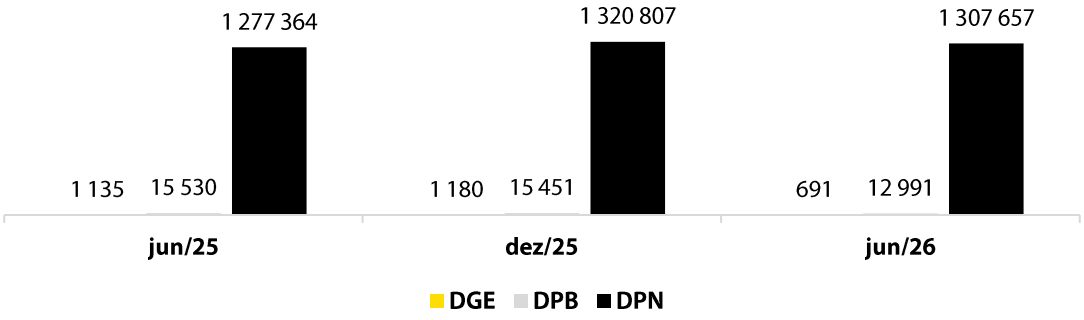
8.3. Actividade Comercial

A estrutura comercial do Banco foi redesenhada para dar resposta a todos os segmentos de Clientes, assegurando uma resposta adequada às diferentes exigências e perfis, permitindo uma maior proximidade e eficiência no relacionamento com o mercado.



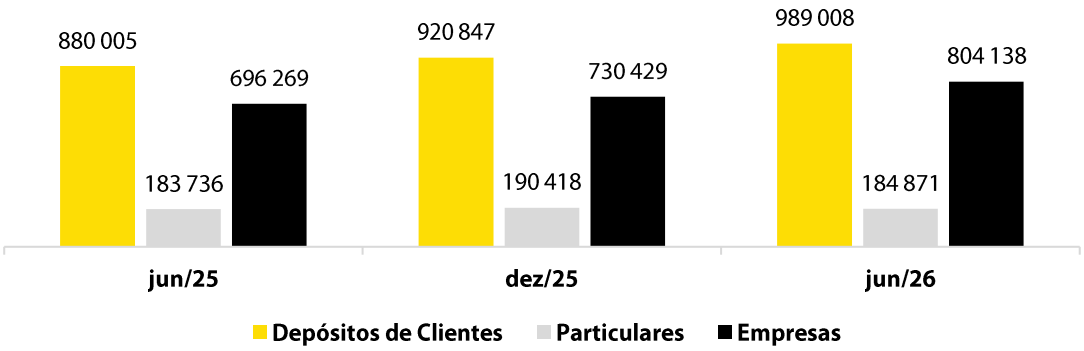
A Área Comercial, composta pelos segmentos de Grandes Empresas, Private, Premium e Particulares, registou uma redução do número de Clientes, ao passar para 1321.339 em Junho de 2026, em termos globais (menos 16.099 clientes quando comparado com Dezembro de 2025).

(em milhões de Kwanzas)



A carteira de Depósitos cresceu, no 1º Semestre, em 68,2 mil milhões de Kwanzas (+7,4%) em relação a Dezembro de 2025, como resultado directo de uma abordagem diferenciada e da oferta de soluções adaptadas às necessidades especificas de cada segmento de Clientes. De destacar, o segmento Empresas com um aumento de 73,7 mil milhões de Kwanzas (+10,1%) quando comparado com Dezembro de 2025.

(em mihlões de Kwanzas)



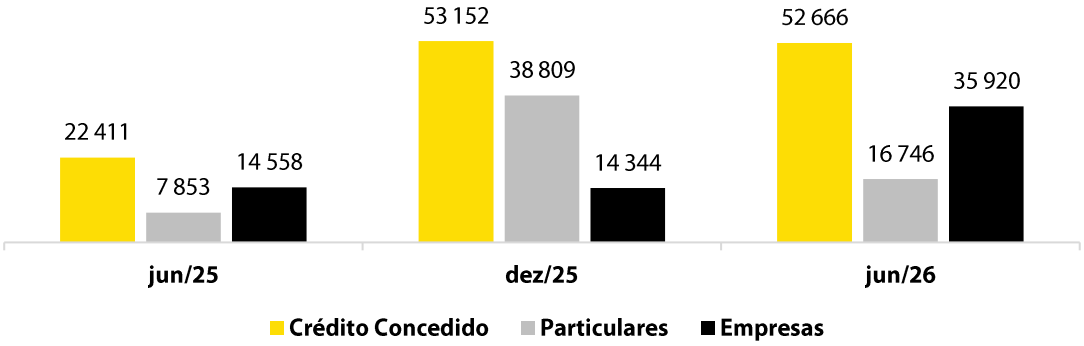
Este desempenho foi também impulsionado pela execução consistente da estratégia definida, materializada com o lançamento do novo ciclo comercial (**"Executar, Crescer, Liderar"**), que definiu objectivos claros de captação de depósitos e de outros indicadores comerciais e contribuiu para a mobilização das equipas.

Crédito a Clientes

O crédito continua a desempenhar um papel crucial no Balanço do Banco, sendo um dos principais instrumentos para o cumprimento da missão de contribuir para o desenvolvimento do país.

No 1º semestre de 2026, os créditos concedidos atingiram 52,7 mil milhões de Kwanzas, representando um aumento de 30,2 mil milhões de Kwanzas (+135,0%) face ao valor concedido no período homólogo do ano anterior. Este crescimento foi impulsionado, sobretudo, pela maior concessão de crédito a empresas, cujo montante ascendeu a 35,9 mil milhões de Kwanzas em 30 de Junho de 2026, correspondendo a um aumento de 21,3 mil milhões de Kwanzas (+146,7%) relativamente aos 14,6 mil milhões de Kwanzas concedidos no 1º semestre de 2025.

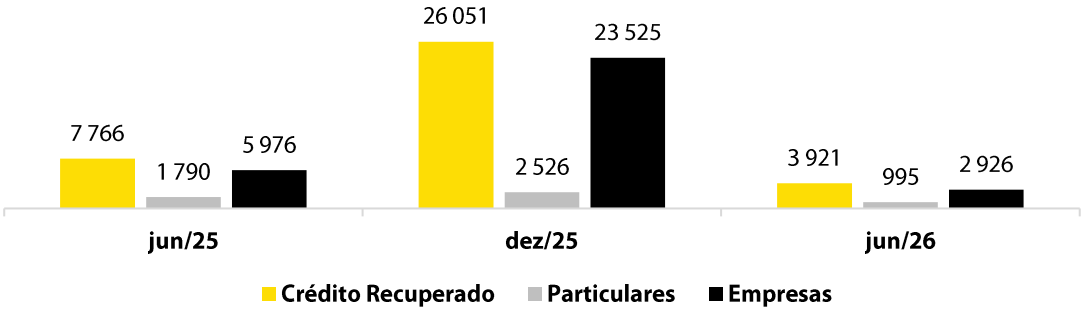
(em mihlões de Kwanzas)



Recuperação de Crédito

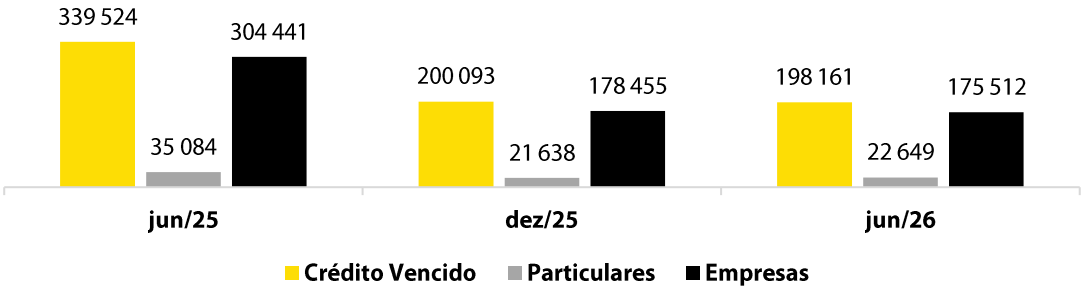
A recuperação de crédito é uma das iniciativas mais relevantes do Plano Estratégico e de maior impacto no Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco. No 1º Semestre de 2026, o Banco recuperou um montante total de 3,9 mil milhões de Kwanzas, dos quais 2,9 mil milhões de Kwanzas (74,6%) no segmento Empresas e 995 milhões de Kwanzas (25,4%) no segmento Particulares.

(em mihlões de kwanzas)



Contudo, no período em análise, o crédito vencido registou uma diminuição 1,9 milhões de Kwanzas (-1,0%), explicado principalmente pelo pela diminuição de 2,9 mil milhões de Kwanzas (-1,6%) no segmento de Empresas. No segmento de Particulares, registou-se um aumento de 1,0 mil milhões de Kwanzas (4,7%) quando comparado com o ano de 2025, que reflecte, maioritariamente, os atrasos na regularização das prestações de crédito em função dos atrasos nos pagamentos dos salários

(em mihlões de kwanzas)



9.

Comunicação e Marca

9. Comunicação e Marca

Num contexto de continuidade do Plano de Recapitalização e Reestruturação e de ajustamento estrutural, a Comunicação manteve-se fundamental para assegurar coerência institucional, estabilidade de discurso e articulação com as orientações estratégicas da Administração.

No período em análise, o Banco reforçou a sua presença no mercado com a promoção segmentada dos principais produtos e serviços e com campanhas publicitárias direccionadas, que contribuíram para diversificar a proposta de valor e aproximar o Banco de novos segmentos de Clientes.

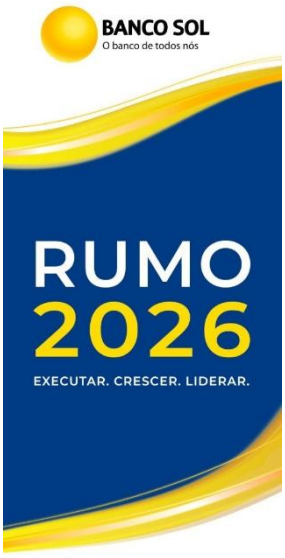
Num exercício marcado pela celebração dos 25 anos de actividade do Banco Sol, a agenda de Comunicação e Marca do ano inclui um conjunto articulado de iniciativas institucionais, editoriais, desportivas e de proximidade com Clientes, Colaboradores e Parceiros.

O reconhecimento externo desta trajectória foi consagrado com a distinção do Banco Sol como SuperBrand, atribuída pela SuperBrands, organização internacional de referência na avaliação e certificação de marcas, o que confirma a consolidação da Marca Banco Sol e a solidez da sua reputação no mercado angolano.

9.1. Comunicação Interna

A Comunicação Interna desempenhou um papel relevante no alinhamento das equipas com as prioridades estratégicas e na mobilização dos Colaboradores em torno da comemoração dos 25 anos da Instituição.

Foi criada uma identidade própria para o ciclo comercial do Banco, sob a assinatura "***Rumo 2026 — Executar, Crescer, Liderar***", com universo visual e narrativo autónomo, concebido para traduzir as prioridades estratégicas numa linguagem clara, mobilizadora e apropriável pelas equipas comerciais.



A identidade foi activada em dois momentos institucionais, com natureza de reconhecimento, distinguindo as equipas comerciais que alcançaram os objectivos definidos, com a entrega de certificados de mérito e de troféus.

Esta iniciativa demonstra a aplicação da disciplina de Marca à gestão interna, transformando metas de negócio num território de comunicação consistente, e reforçando a cultura de mérito, de orientação para resultados e de reconhecimento do desempenho.









Foi lançado o Podcast Sol 25 Anos, que integrou entrevistas a Colaboradores do Banco, dando voz à experiência de quem construiu a história da Instituição e reforçando o sentido de pertença, a memória institucional e a valorização das pessoas como principal activo do Banco.

Este novo formato consolidou o podcast como canal estruturado de comunicação interna, contribuindo para maior alcance da informação e consistência na disseminação de mensagens institucionais.

9.2. Projectos Editoriais

No domínio editorial, o Banco lançou a Revista BRENT, em parceria com a AECIPA — Associação das Empresas Contratistas e Integradas Petrolíferas Angolanas, iniciativa que aproxima o Banco do sector empresarial ligado à indústria petrolífera e afirma a Instituição como produtora de conteúdo de valor para o mercado.





Será igualmente lançada a Revista Sol 25 Anos, publicação comemorativa que sistematiza o percurso, os marcos e o contributo do Banco Sol para a inclusão financeira e para o desenvolvimento do país ao longo destes 25 anos, constituindo um instrumento de memória institucional e de afirmação da Marca.

9.3. Notoriedade e Reputação da Marca

A distinção como SuperBrand, atribuída pela SuperBrands, organização internacional de referência na avaliação e certificação de marcas, constituiu o principal marco de reconhecimento externo do exercício, validando de forma independente a força, a notoriedade, a consistência e a credibilidade da Marca Banco Sol.

Este reconhecimento reforçou igualmente o compromisso do Banco com a construção de uma marca próxima, credível e capaz de estabelecer relações duradouras com os seus Clientes e demais públicos.





No âmbito das comemorações dos seus 25 anos, realizar-se-á ainda a Corrida e Caminhada Sol 25 Anos, iniciativa de proximidade que reunirá colaboradores, Clientes, parceiros e comunidade, associando a marca a valores de saúde, convivência, bem-estar e participação colectiva.

A iniciativa constituirá um dos principais momentos de celebração e contacto directo da marca com os seus públicos durante o exercício.

9.4. Comunicação Comercial

Ao longo do 1º Semestre, foram desenvolvidas campanhas publicitárias de produtos e serviços, suportando os objectivos comerciais do Banco e promovendo, de forma segmentada, as diferentes soluções disponibilizadas aos Clientes.

A comunicação comercial procurou assegurar consistência entre a oferta do Banco e a expressão da marca nos diferentes canais, contribuindo para reforçar o conhecimento dos produtos, apoiar a actividade comercial e aproximar a Instituição dos seus diferentes segmentos de mercado.

9.5. Presença Física da Marca

Foi implementado o Projecto de Modernização das Agências, com o objectivo de valorizar a presença física da Marca e assegurar maior coerência visual nos pontos de atendimento em todo o país.

A intervenção traduziu-se na uniformização dos elementos identitários e da sinalética, na actualização dos materiais de comunicação em ponto de venda e na qualificação da experiência de atendimento, garantindo que a promessa da Marca é vivida de forma consistente em todos os canais, físicos e digitais.

Este projecto reforça o papel da rede de agências como principal ponto de contacto com as comunidades e consolida a coerência entre a identidade institucional e a experiência do Cliente.





Em complemento, deu-se continuidade ao plano de afirmação da marca KUMBU 24H, lançada em 2025, com a adopção desta designação pelos ATM Centers do Banco. A medida dota o canal de auto-atendimento de uma identidade autónoma e reconhecível, assegurando que a marca comunica de forma consistente também nos pontos de contacto onde não existe atendimento presencial.

Em conjunto, a modernização das agências e a consolidação da marca KUMBU 24H traduzem uma abordagem integrada à presença física da Marca, alinhando arquitectura de marca, sinalética e experiência do Cliente em toda a rede.

9.6. Presença Digital



As plataformas digitais foram utilizadas como instrumentos de comunicação institucional, divulgação de produtos e serviços, educação financeira e interacção directa com Clientes.

A presença digital registou evolução consistente ao longo do exercício, com crescimento da base de seguidores e níveis regulares de interacção, sustentados por uma agenda de conteúdos semanal.

Estes resultados reflectem não apenas o crescimento digital, mas também o aumento da notoriedade da Marca Banco Sol. A presença consistente e estratégica nas redes sociais tem contribuído para posicionar o Banco como uma Instituição de referência, com uma comunicação activa, próxima e alinhada com os interesses dos seus públicos.

Foi assegurada monitorização contínua da exposição mediática e digital, com acompanhamento sistemático de menções institucionais e articulação com áreas críticas sempre que necessário.

9.7. Inclusão Social e Financeira

Programa Governamental Kwenda

O Banco Sol manteve a sua participação no Programa KWENDA, uma iniciativa do Governo de Angola, coordenada pelo FAS — Instituto de Desenvolvimento Local, com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, que tem acompanhado de forma contínua a implementação e expansão deste importante programa de protecção social, com o objectivo de reduzir a pobreza e fortalecer a resiliência das famílias angolanas.

Enquanto parceiro financeiro responsável pela execução dos pagamentos às famílias beneficiárias, o Banco reforçou o seu papel como instituição de proximidade, que acredita nas pessoas e investe no futuro das comunidades.

A participação do Banco na 2ª fase deste programa, representa uma das expressões mais concretas da sua política

Tecnologias de Informação e Segurança Cibernética

10.7. Tecnologias de Informação e Comunicação

Durante o primeiro semestre de 2026, a Direcção de Tecnologias de Informação acompanhou e executou um conjunto alargado de iniciativas estratégicas, adequando a sua intervenção às necessidades operacionais e de crescimento do Banco, tanto em matérias de natureza tecnológica como de gestão.

Com efeito, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Implementação da solução de Workflow de Crédito (CREDIBOX), permitindo a automatização e padronização dos processos de análise e aprovação de crédito, assegurando maior controlo, rastreabilidade e redução dos tempos de decisão;
- Actualização do sistema Corona, de suporte às reconciliações bancárias, para a versão 7.9.07, contemplando melhorias de desempenho, correcção de erros e introdução de novas funcionalidades, garantindo maior estabilidade, segurança e eficiência operacional;
- Implementação de uma solução integrada de avaliação de desempenho, permitindo a definição de metas, monitorização de resultados e alinhamento do desempenho dos colaboradores com os objectivos estratégicos do Banco;
- Automatização e integração do processo de operações cambiais (OPE's) na plataforma de Business Process Management (BPM) com o sistema corea BanKa 3G, proporcionando ganhos de eficiência, reforço do controlo operacional e redução da intervenção manual;
- Implementação dos módulos SWIFT ISO 20022 e SPTR (Fase II), reforçando a conformidade com os novos padrões de mensagens SWIFT e o processamento de transferências nacionais e internacionais;
- Realização bem-sucedida dos testes de Disaster Recovery, assegurando o cumprimento dos níveis e tempos de recuperação definidos no Plano de Continuidade Tecnológica;
- Implementação da Fase I do Projecto de Controlo de Assiduidade, com a instalação de dispositivos biométricos integrados ao sistema de controlo de tempo e ao SAP, nos Serviços Centrais, permitindo a gestão automática das presenças e ausências;
- Implementação da Fase II da solução STI/KWIK, incluindo a integração de pagamentos por QR Code, reforçando os canais digitais e ampliando as opções de pagamento disponibilizadas aos Clientes;
- Conclusão da primeira fase de instalação dos equipamentos de gestão de filas de espera (INLINE), abrangendo 29 agências localizadas na província de Luanda;
- Integração da interface Bloomberg FXGO, fortalecendo o suporte tecnológico às operações dos mercados de títulos e acções;
- Parametrização de novos produtos de crédito, nomeadamente o Financiamento Premium, Financiamento Óleo & Gás, Crédito Protocolado da Região Leste e Crédito AECIPA, ampliando a oferta de soluções de financiamento disponibilizadas aos Clientes.

Adicionalmente, registaram-se progressos significativos nas seguintes iniciativas:

- Integração da MoneyGram na plataforma Banka 3G, através dos canais Web e Aplicação Móvel, permitindo maior eficiência e controlo operacional;
- Implementação da plataforma omnicanal de atendimento ao Cliente (SANJILA), suportada por inteligência artificial e automação, com foco na personalização, agilidade e eficiência do atendimento;
- Implementação da solução SOLRESOLVE, destinada à centralização, gestão e acompanhamento de reclamações, assegurando maior controlo, rastreabilidade e cumprimento dos prazos regulamentares;
- Desenvolvimento de um dashboard para monitorização dos indicadores de crédito, desempenho operacional e acompanhamento dos processos de concessão de crédito no âmbito do CREDIBOX;
- Desenvolvimento de uma solução para cálculo automático da capacidade financeira dos Clientes no âmbito das operações cambiais.

10.2. Segurança Cibernética

Durante o primeiro semestre de 2026, o Gabinete de Segurança Cibernética (GSC) desenvolveu e implementou um conjunto de iniciativas estratégicas que contribuíram significativamente para o reforço da postura de segurança da informação e resiliência cibernética do Banco.

Destacam-se as seguintes realizações:

Gestão de Identidades e Controlo de Acessos

- Implementação da solução Microsoft Entra, destinada à gestão centralizada de identidades, permissões e políticas de palavras-passe, reforçando o controlo dos acessos digitais e a protecção dos activos de informação;
- Identificação, monitorização e correcção de contas de utilizadores com credenciais fracas ou configurações inseguras, através de ferramentas internas de validação de conformidade com a política institucional de palavras-passe.

Mitigação de Riscos e Vulnerabilidades

- Remoção e recomendação de substituição de equipamentos classificados como críticos, sem suporte do fabricante, reduzindo a exposição a vulnerabilidades de segurança;
- Actualização e migração de componentes tecnológicos, incluindo firewalls, bases de dados e aplicações, para correcção de vulnerabilidades críticas, em coordenação com a Direcção de Tecnologias de Informação;
- Aplicação contínua de guias de hardening para reforço da segurança de sistemas, redes, servidores e aplicações;
- Redução gradual da utilização de sistemas operativos obsoletos, através de processos controlados de actualização tecnológica.

Reforço da Segurança das Contas de Utilizador

- Foram efectuadas acções de mitigação relaccionadas com vulnerabilidades identificadas em contas de utilizadores, nomeadamente:
- Eliminação de situações de reutilização indevida de palavras-passe;
- Correcção de configurações inseguras associadas à autenticação de utilizadores;
- Regularização de credenciais sem pré-autenticação Kerberos;
- Monitorização permanente da conformidade das contas com as normas internas de segurança.

Importa referir que todas as contas activas da Instituição exigem actualmente a utilização de palavra-passe.

Melhoria da Infraestrutura e Capacidade de Defesa

- Criação e optimização de regras de correlação no sistema SIEM, reforçando a capacidade de detecção, monitorização e resposta a incidentes de segurança;
- Configuração e actualização de *dashboards* de monitorização no ambiente Elastic, permitindo uma análise mais eficiente dos eventos de segurança;
- Conclusão do processo de hardening dos equipamentos centrais de rede (core switches) localizados nos edifícios da Sede e da Ferrovia;
- Recomendação para substituição dos equipamentos de rede das agências, condição necessária para a implementação integral das medidas de hardening dos roteadores e switches intermédios;
- Realização de testes de penetração ao novo serviço de Internet Banking SolKumbu, antes da sua entrada em produção, resultando na implementação das recomendações de segurança identificadas.

Conformidade e Governação de Segurança

- Implementação dos controlos exigidos pelo programa SWIFT Customer Security Programme (CSP), incluindo actualização de correcções de segurança, reforço de configurações e limitação de acessos privilegiados;
- Elaboração e submissão do relatório de conformidade SWIFT CSP 2025, concluída com sucesso durante o período em análise;
- Conclusão e aprovação das 13 finalidades submetidas à Agência de Protecção de Dados (APD), assegurando a conformidade legal do Banco com a Lei n.º 22/11, de 17 de Junho, Lei de Protecção de Dados Pessoais;
- Aprovação e publicação de cinco novas políticas internas de segurança da informação, reforçando o quadro normativo e de governação da segurança cibernética da Instituição.

11.

Gestão dos Riscos

11. Gestão dos Riscos

Durante o 1º Semestre de 2026, destacamos, no âmbito da Gestão de Risco, os acontecimentos que a seguir se mencionam:

- Promoção contínua da cultura de risco, através de divulgação de informação interna e iniciativas de sensibilização, visando reforçar a consciência organizacional quanto à importância da gestão de risco e o papel de cada colaborador na mitigação dos riscos inerentes à actividade bancária;
- Actualização do Programa de Gestão da Continuidade do Negócio (GCN), incluindo a realização de uma Gap Analysis face aos requisitos da norma ISO 22301:2019, avaliação do nível de maturidade do programa e definição do roadmap de implementação/actualização da Gestão da Continuidade do Negócio;
- Realização da Análise de Impacto no Negócio (AIN), com identificação dos processos críticos, recursos essenciais, dependências operacionais e requisitos de recuperação, visando o reforço da resiliência operacional do Banco;
- Participação na avaliação e actualização da Matriz de Controlo Interno, com vista ao reforço dos controlos existentes, identificação de oportunidades de melhoria e mitigação dos riscos inerentes aos processos críticos;
- Reforço da gestão do risco tecnológico e da cibersegurança, através do acompanhamento de iniciativas de evolução da função de cibersegurança e monitorização das vulnerabilidades tecnológicas;
- Revisão das Políticas de Gestão do Risco e manuais conexos, incluindo a redefinição dos indicadores-chave de risco e a actualização do manual do risco operacional, tendo em conta os novos normativos do BNA;
- Participação em reuniões com o Regulador (BNA) sobre a avaliação da qualidade dos dados (AQD), considerada fundamental para garantir a tomada de decisão com base em dados de alta qualidade, nomeadamente quanto à precisão, consistência, integridade e confiabilidade dos dados financeiros, incluindo a avaliação dos Planos de Acção AQD do Banco Sol;
- Elaboração do relatório de auto-avaliação da adequação do capital e liquidez interna (ICAAP e ILAAP), tendo sido identificados e quantificados os riscos materialmente relevantes para a actividade do Banco, com vista a assegurar níveis de capital económico e regulamentar compatíveis com os requisitos mínimos regulamentares.

11.1. Governação do Risco

A governação do risco no Banco Sol é estruturada por meio de unidades orgânicas e comités, sendo liderada pelo Conselho de Administração (CA), que define a política de gestão do risco da organização.

O modelo de controlo interno do Banco em matéria de conduta e cultura organizacional, sistemas de governo, de controlo interno e de gestão do risco prevê a implementação de um conjunto de estratégias, políticas, processos, procedimentos e sistemas, tendo como base o modelo das três linhas de defesa:



Primeira linha – Gestão operacional

É formada pelas áreas de Negócio e Suporte. Identificam, avaliam e gerem os riscos no dia a dia, aplicando controlos internos e assumindo responsabilidade directa pelos resultados. Estas unidades compreendem as áreas geradoras dos riscos para o Banco, responsáveis pela gestão dos riscos e controlos.

Segunda linha – Funções de risco e *Compliance*

Inclui a Gestão de Risco e o Compliance. Definem políticas, monitorizam riscos, apoiam a 1ª linha e garantem a conformidade com leis e regulamentos.

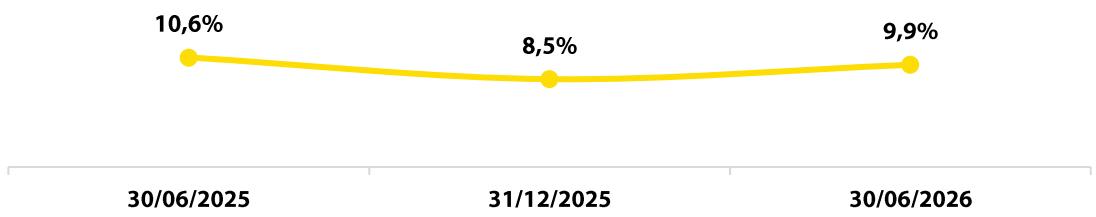
Terceira linha – Auditoria Interna

Independente das duas primeiras linhas, é assegurada pela função de auditoria interna, responsável pela realização de análises independentes e orientadas para o risco, garantindo uma avaliação objectiva sobre a adequação e eficácia do governo e da gestão do risco, e o reporte de deficiências de controlo interno ao Conselho de Administração e ao Comité de Auditoria.

Gestão de Capital e Rácio de Fundos Próprios Regulamentares

No Banco Sol, os Fundos Próprios Regulamentares (FPR) são apurados em conformidade com o Aviso n.º 8/2021, de 18 de Junho, e o Instrutivo n.º 19/2021, de 27 de Outubro, sendo o rácio mínimo de fundos próprios totais a cumprir de 8%.

Rácio de Fundos Próprios Regulamentares (FPR)



Em 31 de Dezembro de 2025 e 30 de Junho de 2026, o Rácio de Fundos Próprios Regulamentares do Banco situou-se em 8,5% e 10,6%, respectivamente, mantendo-se acima do mínimo regulamentar, em linha com as medidas de saneamento e reforço de capital em curso no âmbito do Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR).

Risco de Crédito

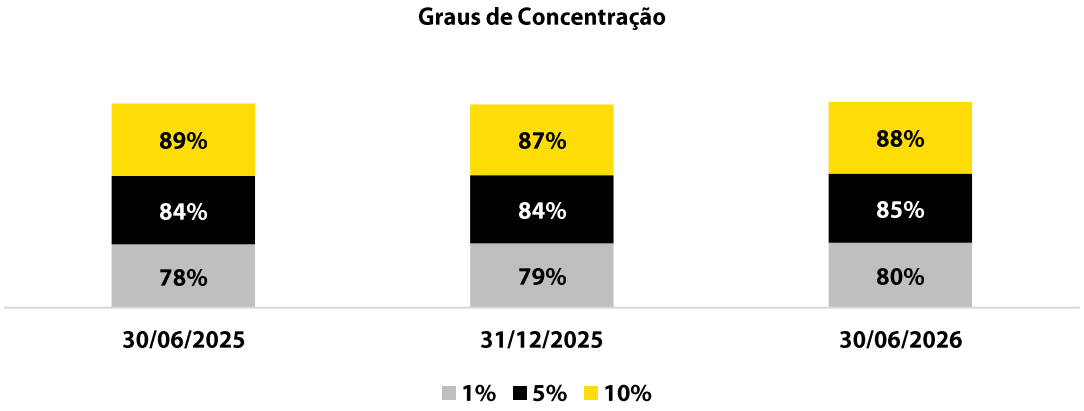
O Risco de Crédito é o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros com a Instituição. A avaliação e monitorização deste risco é efectuada com base em modelos próprios de rating e de *scoring* para classificação do risco de crédito de empresas e de particulares, respectivamente.

Rácios de Gestão do Risco de Crédito	30/06/2025	31/12/2025	30/06/2026
Rácio de Crédito Vencido (> 30 dias)	63,99%	71,23%	64,76%
Rácio de NPL (> 90 dias)	61,08%	71,04%	64,71%
Rácio de Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades	99,13%	98,61%	97,46%

Face a 31 de Dezembro de 2025, o Rácio de Crédito Vencido registou uma redução para 64,7%, reflectindo o efeito dos mecanismos de reestruturação, cobrança e execução de garantias mantidos pelo Banco com vista à redução das exposições não produtivas.

Risco de Concentração

O risco de concentração refere-se ao risco de perda decorrente da não diversificação das operações de crédito por determinados segmentos, Clientes ou áreas. A 30 de Junho de 2026, 1%, 5% e 10% dos Clientes concentravam, respectivamente, cerca de 80%, 85% e 88% da carteira de crédito, valores ligeiramente superiores aos registados em 31 de Dezembro de 2025 (79%, 84% e 87%).

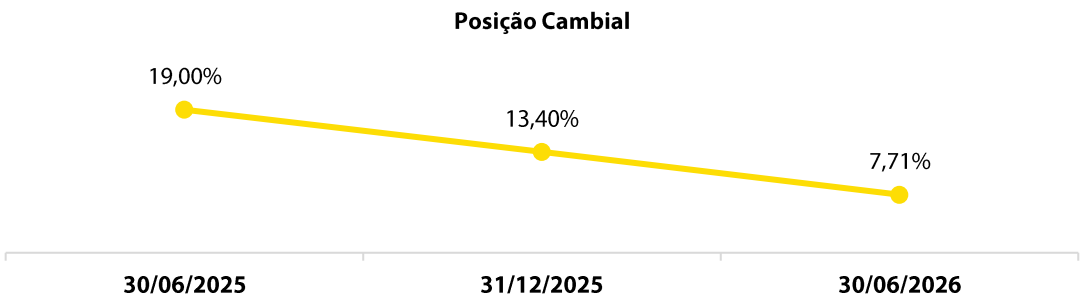


Riscos de Taxa de Juro e Cambial

Na avaliação do risco de mercado da carteira bancária, o Banco Sol calcula, com periodicidade mensal, o efeito na situação líquida e na margem financeira de choques nas taxas de juro ao longo da curva de rendimentos do Kwanza e de outras moedas, sempre que a exposição às mesmas o justifique, comparando o valor apurado com os fundos próprios regulamentares disponíveis e com os limites regulamentares aplicáveis.

Risco de Taxa de Juro	30/06/2025	31/12/2025	30/06/2026
Impacto no Valor Económico (Situação Líquida) / FPR	37,38%	31,47%	31,18%
Impacto na Margem de Juros / FPR	16,73%	14,55%	20,60%
Limite Regulamentar	**20%**	**20%**	**20%**

O risco cambial resulta da posição cambial líquida do Banco e da volatilidade das cotações das diferentes moedas ao longo do tempo.



O rácio da Posição Cambial sobre os fundos próprios regulamentares situou-se em 13,40% a 31 de Dezembro de 2025 e em 7,71% a 30 de Junho de 2026 (posição longa em ambos os períodos), valor que, no final do semestre, se encontrava abaixo do limite regulamentar de 10% definido pelo Regulador.

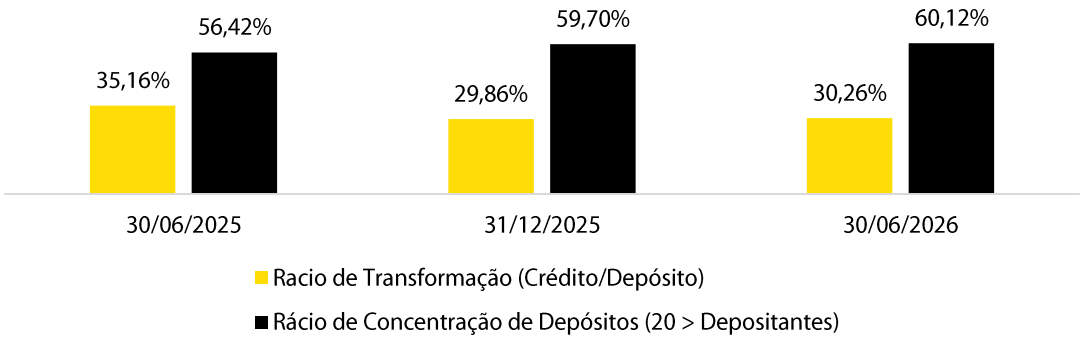
Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da incapacidade de a Instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem. A tolerância do Banco Sol para este tipo de risco é baixa, sendo monitorizada através da análise dos gaps e indicadores de liquidez, da concentração dos depósitos e do rácio de transformação dos depósitos em créditos.

Rácios de Liquidez	30/06/2025	31/12/2025	30/06/2026
Rácio de Liquidez (Global)	241%	376%	184%
Rácio de Liquidez MN	137%	208%	101%
Rácio de Liquidez USD	130%	195%	260%
Rácio de Liquidez EUR	231%	779%	1205%
Rácio de Observação Global	302%	388%	181%
Limite BNA	**110%**	**110%**	**110%**

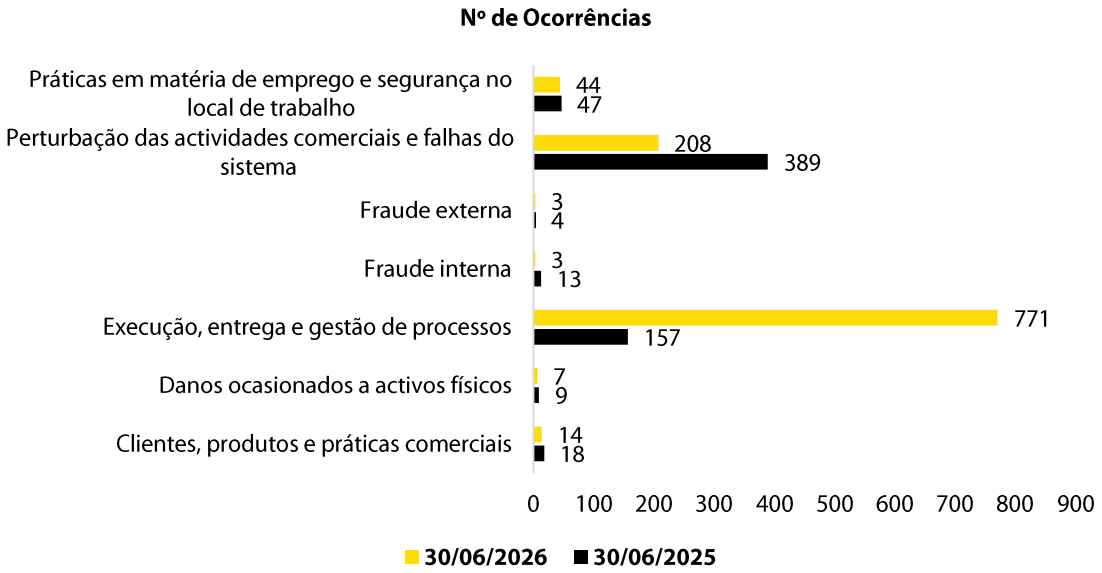
Assim, o risco de liquidez no Banco Sol é monitorado através da análise dos gaps e indicadores de liquidez, da concentração dos depósitos e do rácio de transformação dos depósitos em créditos, procurando assegurar uma gestão prudente do balanço, consubstanciada na captação e retenção de liquidez, como se pode observar no quadro seguinte.

O Banco manteve, ao longo do semestre, rácios de liquidez globais, em USD e em EUR acima do limite mínimo regulamentar de 110% definido pelo BNA. O rácio em Moeda Nacional (MN) reduziu-se para 101,00% em Junho de 2026, ficando ligeiramente abaixo desse limite, pelo que se recomenda o acompanhamento próximo deste indicador.



Risco Operacional

A gestão do risco operacional (RO) baseia-se numa visão por processos de negócio, suporte e controlo, sendo transversal às unidades de estrutura. Esta visão envolve a gestão de situações que impliquem risco, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraude interna e externa, uso de recursos subcontratados, processos internos ineficazes, recursos humanos insuficientes ou inadequados, ou a inoperacionalidade da infra-estrutura.



No primeiro semestre de 2026, foram reportadas 1.050 ocorrências de risco operacional, mais 413 do que no período homólogo de 2025 (637 ocorrências). O aumento é explicado, essencialmente, pela categoria "Execução, entrega e gestão de processos", que registou um acréscimo de 614 ocorrências, tendo as restantes categorias apresentado, de forma consistente, uma redução face ao período homólogo.

Risco Reputacional

O risco reputacional corresponde aao risco de ocorrência de impactos negativos decorrentes de danos à reputação da Instituição. A tolerância do Banco Sol para este tipo de risco é baixa, sendo acompanhado de perto através de mecanismos de controlo e de monitorização contínua.

Canal	31/12/2025	30/06/2026
Telefone (Call Center)	1238	1041
E-mail	232	83
Carta	158	62
BNA	43	24
Livro de Reclamações	8	2
Formulários	27	6
Total	**1706**	**1218**

No primeiro semestre de 2026, foram registadas 1.218 reclamações, das quais 1.195 (98,11%) se encontravam concluídas e 23 em curso. O canal Telefone (Call Center) manteve-se como o principal ponto de entrada, concentrando 85,47% das reclamações recebidas.

12.

Auditoria e Controlo Interno

12.1. Auditoria e Controlo Interno

A Direcção de Auditoria e Controlo Interno é responsável por monitorar continuamente a eficácia dos controlos internos, realizar avaliações periódicas para identificar áreas de melhoria e promover a eficiência e eficácia das operações na Instituição.

Entre as actividades desenvolvidas no 1º Semestre de 2026, destacam-se as seguintes:

- Monitorização do sistema de controlo interno, com objectivo de verificar, avaliar e rever o conjunto de acções efectuadas pela Instituição, de forma a garantir a sua efectividade e eficácia. Foram realizadas acções de acompanhamento do estado de resolução das deficiências constantes da matriz do SCI, bem como dos planos de acção definidos para a sua resolução;
- Trabalho pedagógico e de sensibilização sobre a cultura de Controlo Interno para todas as Unidades de Estrutura do Banco, com vista a alinhar o entendimento sobre o processo de implementação e monitorização do SCI;
- Levantamento do estado dos Normativos Internos do Banco, com vista a verificar a necessidade de actualização e revisão dos mesmos, e desta forma garantir a melhoria dos controlos, identificar falhas e vulnerabilidades que pudessem comprometer a segurança, a eficiência ou a conformidade do Banco;
- Validação da implementação das Normas de Processo, Políticas e Regulamentos aprovadas, com vista a:
    i. verificar o grau de cumprimento efectivo dos mesmos e garantir que os procedimentos reflectidos no documento estejam alinhados com os padrões regulamentares e internos;
    ii. aferir possíveis lacunas ou falhas nos procedimentos que possam resultar em riscos operacionais, legais ou financeiros para o Banco; e
    iii. garantir a integridade, transparência, segurança e segregação de funções nas actividades realizadas pela Instituição.

Avaliação do Sistema de Controlo Interno

A avaliação do sistema de controlo interno é um processo que busca analisar a eficácia dos procedimentos internos de uma Instituição. Através dessa avaliação, é possível identificar os riscos que podem prejudicar o alcance dos objectivos da mesma. A avaliação do SCI visa essencialmente:

- Análise da eficácia: verifica se os processos internos estão a funcionar correctamente;
- Identificação de riscos: identifica as possíveis ameaças aos objectivos da Instituição;
- Melhoria dos processos: permite identificar oportunidades de melhoria nos procedimentos.

No decurso do 1º Semestre de 2026 foram realizadas reuniões de acompanhamento aos planos de acção das 126 deficiências identificadas no Sistema de Controlo Interno 2025. O Banco Sol procedeu à execução das medidas cabíveis, cujo estado de concretização se apresenta como segue:

- (12) deficiências consideradas sanadas;
- (36) deficiências consideradas parcialmente sanadas;
- (54) deficiências cujos normativos (Normas de Processo, Políticas, Regulamentos e Manuais de Procedimentos) se encontram em fase de formalização e redesenho processual pelas respectivas áreas;
- (24) deficiências pendentes de limitações financeiras, para investimento no desenvolvimento das soluções tecnológicas.

Resposta às Circularizações

Foram recepcionados 292 pedidos de circularização e respondidos 261, tendo ficado pendentes 31 cartas por diversos motivos.

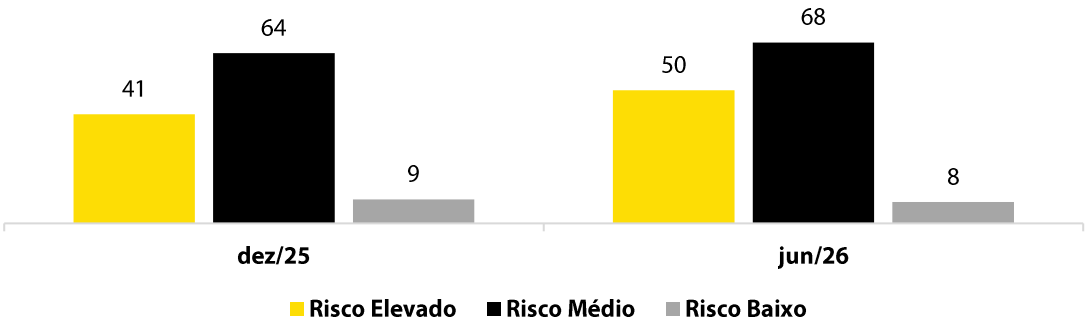
Na sequência das respostas aos pedidos de circularização, foram verificados os seguintes constrangimentos:

- Insuficiência de saldo na conta;
- Assinaturas em falta;
- Falta de informação por parte das Unidades de Estrutura.

Deficiências Significativas e Fraquezas Materiais

No final do período em análise, encontravam-se pendentes 126 deficiências da Matriz SCI 2025, representando um aumento de 12 deficiências face às 114 registadas em Dezembro de 2025. Estas deficiências distribuem-se pelos seguintes níveis de risco:

- Risco Elevado – 50 deficiências, mais 9 em face a Dezembro de 2025;
- Risco Médio – 68 deficiências, mais 4 em face a Dezembro de 2025;
- Risco Baixo – 8 deficiências, menos 1 em face a Dezembro de 2025.



Investigação e Acompanhamento de Casos de Fraude

Relativamente às ocorrências de fraude, foram catalogados 20 processos, avaliados em Kz 116.845.488,37 (cento e dezasseis milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito kwanzas e trinta e sete cêntimos), o que, comparativamente ao período homólogo representa uma redução de 42%. A tipologia predominante assenta em levantamentos, transferências indevidas, cobrança indevida de comissões em processos de crédito, furto de numerário em ATM's, entre outros.

Execução do Plano Anual de Auditoria e Inspecção

O Plano Anual de Auditoria e Inspecções (PAAI) 2026, foi elaborado de acordo com a alínea b) do n.º 6 do artigo 37.º, conjugado com a alínea a) do n.º 3 do artigo 42.º do Aviso n.º 1/2022, de 28 de Janeiro, do BNA, tendo como base:

- As principais inconformidades identificadas pelo BNA, pelo Auditor Independente e por outros Órgãos de Supervisão;
- Os eventos catalogados nas intervenções presenciais e a monitorização.

Para 2026, foram planeadas 118 acções, tendo sido realizadas no 1º Semestre 91 acções, correspondendo a 77% do plano, das quais 59 foram auditorias de processos, 6 contagens de numerário, 8 inspecções e 18 monitorizações.

Acções	Balcões	Serviços Centrais	Total
Auditorias a Processos	41	18	59
Contagem	0	6	6
Inspecção	0	8	8
Monitorização	0	18	18
Total Geral	**41**	**50**	**91**

Adicionalmente, foram conduzidas diversas actividades, incluindo acções de monitorização contínua a:

- Conferências de numerário à guarda do Cofre Central;

- Aplicativos informáticos;
- Processo de reconciliações bancárias;
- Falhas de caixa, falhas de tesouraria e ATM;
- Processo de multas e penalidades aplicadas por entidades reguladoras;
- SREP (BNA);
- Indicadores de risco;
- Processo de regularização da dívida atrasada com fornecedores e prestadores de serviço.

12.2. Compliance

Durante o 1º Semestre de 2026, a Direcção de Compliance manteve o foco estratégico no reforço do sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PBCFT/P), na consolidação dos processos de identificação e diligência de clientes (KYC), no fortalecimento dos mecanismos de monitorização e reporte e na promoção da cultura de conformidade em toda a Instituição.

O período ficou igualmente marcado pelo reforço do enquadramento regulamentar aplicável, com especial destaque para a entrada em vigor do Aviso n.º 3/2026, de 23 de Fevereiro, do Banco Nacional de Angola, que veio reforçar as responsabilidades do Órgão de Administração relativamente à Função de Compliance, bem como os requisitos associados ao governo societário, independência funcional, gestão de deficiências, qualidade dos dados e reporte regulamentar.

Paralelamente, a Circular n.º 4/2026 da Unidade de Informação Financeira (UIF) reforçou a necessidade de monitorização permanente de clientes e transacções relativamente às listas de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como a obrigatoriedade de adopção imediata das medidas de congelamento e comunicação previstas na legislação aplicável.

Políticas e Normativos

No decurso do primeiro semestre, prosseguiu o processo de revisão e actualização das políticas e normativos internos, em conformidade com o novo enquadramento regulamentar. Encontram-se em fase de revisão e validação as seguintes políticas estruturantes:

- Política de Conflitos de Interesse e Transacções com Partes Relacionadas;
- Política de Selecção do Auditor Externo;
- Política de Medidas Restritivas e de Sanções;
- Política de Investimento;
- Política de Sustentabilidade;
- Política de Segmentação de Clientes;
- Política de Cibersegurança;
- Política de Subcontratação.

Reforço Tecnológico e Monitorização (PBCFT/P)

Na sequência da implementação da nova solução AML durante o exercício de 2025, a prioridade em 2026 incidiu na consolidação e optimização dos mecanismos tecnológicos de monitorização, incluindo a optimização dos parâmetros de monitorização transaccional, a melhoria do screening em tempo real, o aperfeiçoamento da matriz de risco e o reforço dos controlos sobre representantes legais e beneficiários efectivos.

Processos KYC e Gestão do Risco

Foi assegurado o acompanhamento contínuo dos processos de actualização dos dados dos clientes e da respectiva classificação de risco, com especial incidência sobre Pessoas Politicamente Expostas (PPE) e Organizações sem Fins Lucrativos, bem como a colaboração na implementação do workflow do processo de abertura de conta.

Monitorização e Reporte

Durante o semestre, a Direcção de Compliance manteve a realização das diligências de monitorização e análise das operações, assegurando o tratamento dos alertas e o reporte das operações suspeitas às autoridades competentes.

No primeiro semestre de 2026, aproximadamente 8% das análises efectuadas culminaram na submissão de Declarações de Operações Suspeitas (DOS) à Unidade de Informação Financeira (UIF).

Cultura de Compliance e Formação

A formação permanente continua a constituir um pilar estratégico para a consolidação de comportamentos alinhados com os valores do Banco e com as obrigações legais e regulamentares.

Foram desenvolvidas acções de sensibilização e iniciativas de comunicação interna destinadas ao reforço da cultura de *compliance*, bem como actividades preparatórias para a realização de acções de formação em matérias de PBCFT/P e ética profissional, dirigidas a todos os colaboradores da Instituição.

Outros Temas Relevantes

A função de *Compliance* deu continuidade ao acompanhamento da evolução do enquadramento regulamentar, prestando apoio às diferentes unidades orgânicas na implementação das medidas necessárias ao reforço do sistema de controlo interno e da cultura de conformidade.

Comparativamente a 2025, ano marcado pela implementação tecnológica e pela revisão das bases normativas, o primeiro semestre de 2026 evidencia uma fase de consolidação dos processos, reforço da eficácia operacional e alinhamento com um quadro regulatório mais exigente.

Actividades de *Compliance*

Campo de Actuação	Actividades Desenvolvidas
Ferramentas Informáticas	• Continuidade da optimização do *screening* em tempo real; • Ajustamento da matriz de risco; • Calibragem da ferramenta de monitorização de transacções.
Monitorização PBCFT/P	• Reforço da monitorização das operações; melhoria da identificação e reporte de operações suspeitas.
Processos KYC	• Implementação do *workflow* de abertura de conta; actualização contínua de clientes; melhoria da classificação de risco.
Conformidade Regulamentar	• Revisão e actualização dos normativos internos; acompanhamento da implementação das normas externas.
Monitorização e Reporte	• Reforço das diligências de análise; manutenção da qualidade e consistência das DOS submetidas à UIF.
Formação	• Preparação de acções de formação e-learning em articulação com a DCH.
Sensibilização	• Elaboração e divulgação de comunicações internas sobre matérias de *Compliance* e PBCFT/P.

13.

Análise Económica e Financeira

13.1. Análise Económica

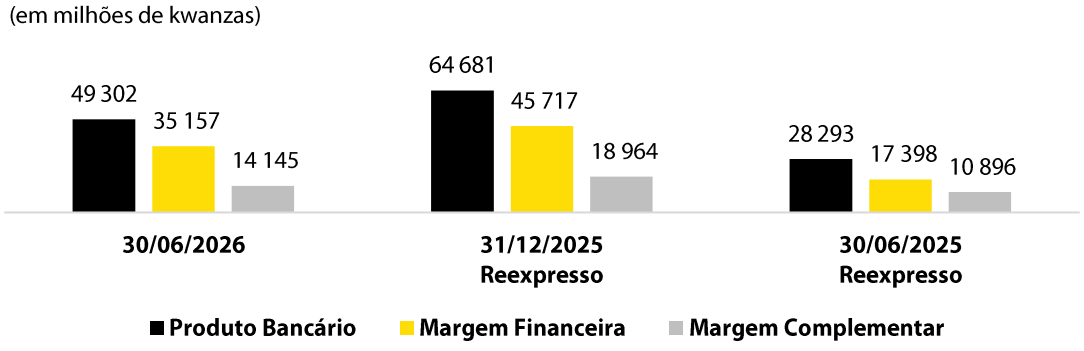
Demonstração de Resultados

No 1º Semestre de 2026, o Banco Sol obteve um resultado líquido positivo de 13,5 mil milhões de Kwanzas, o que representa uma melhoria face ao resultado de 177 milhões de Kwanzas apurado no período homólogo do semestre anterior.

Demonstração de Resultados (em milhões de kwanzas)	**30/06/2026**	**31/12/2025 Reexpresso**	**30/06/2025 Reexpresso**	**Variação**	
				ABS	**%**
Margem Financeira	35 157	45 717	17 398	17 759	102,1%
Margem Complementar	14 145	18 964	10 896	3 250	29,8%
Produto Bancário	**49 302**	**64 681**	**28 293**	**21 009**	**74,3%**
Custos com o pessoal	(17 290)	(36 931)	(17 332)	41	-0,2%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(12 661)	(23 567)	(4 642)	(8 020)	172,8%
Depreciações e amortizações do exercício	(2 600)	(5 795)	(3 312)	711	-21,5%
Provisões e Imparidades	(680)	(2 328)	(1 492)	811	-54,4%
Resultados de filiais e associadas	1 115	-	-	1 115	0,0%
Resultado antes de Impostos	**17 185**	**(3 940)**	**1 517**	**15 668**	**1032,9%**
Imposto correntes	(3 649)	(4 078)	(1 340)	(2 309)	172,4%
Resultado Líquido do Exercício	**13 536**	**(8 019)**	**177**	**13 359**	**7533,0%**

Produto Bancário

O Produto Bancário registou um aumento de 21,0 mil milhões de Kwanzas (74,3%) no 1º Semestre de 2026, quando comparado com o período homologo, impulsionado pelo aumento expressivo da Margem Financeira e da Margem Complementar, de 17,8 mil milhões (102,1%) e 3,3 mil milhões (29,8%), respectivamente.



Margem Financeira

No período em análise, a Margem Financeira fixou-se em 35,2 mil milhões de Kwanzas, o que representa um aumento de 17,8 mil milhões de Kwanzas (102,1%) quando comparada com o período homólogo.

Este aumento resulta essencialmente, por um lado, do aumento dos Proveitos de Títulos, de 11,1 mil milhões de Kwanzas, decorrente do aumento da carteira e da taxa média de rentabilidade e, por outro lado, da redução de 3,3 mil milhões de Kwanzas dos Juros de Operações no Mercado Interbancário, reflectindo uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis e o reforço de outras fontes de financiamento.

Margem Financeira (em milhões de kwanzas)	30/06/2026	31/12/2025 Reexpresso	30/06/2025 Reexpresso	Variação ABS	Variação %
Margem Financeira					
Juros de Operações em MMI	3 703	6 589	1 492	2 211	148,2%
Proveitos de Títulos	39 911	60 941	28 778	11 132	38,7%
Proveitos de Crédito	8 656	15 143	6 814	1 842	27,0%
a) Juros e Rendimentos Similares	**52 270**	**82 673**	**37 085**	**15 186**	**40,9%**
Juros de Operações em MMI	1 795	5 291	5 082	(3 286)	-64,7%
Juros de Depósitos	15 123	31 665	14 430	693	4,8%
Outros	195	-	175	20	11,2%
b) Juros e Encargos Similares	**17 113**	**36 956**	**19 687**	**(2 574)**	**-13,1%**
Margem Financeira (a-b)	**35 157**	**45 717**	**17 398**	**17 759**	**102,1%**

Margem Complementar

A Margem Complementar registou um aumento de 3,3 mil milhões de Kwanzas, o que representa um crescimento de 29,8% em relação ao período homólogo.

O crescimento da Margem Complementar é explicado, essencialmente, pelo aumento dos Resultados Cambiais em 4,4 mil milhões de Kwanzas, devido a um aumento do volume de operações para o estrangeiro em relação ao período homólogo.

Margem Complementar (em milhões de kwanzas)	30/06/2026	31/12/2025 Reexpresso	30/06/2025 Reexpresso	Variação ABS	Variação %
Margem Complementar					
Rendimentos de Serviços e Comissões	8 702	16 800	8 866	(165)	-1,9%
Resultados Cambiais	10 539	10 611	6 116	4 423	72,3%
Resultados de Negociação de Crédito	(770)	136	31	(801)	-2594,7%
Resultado de Alienação de Outros Activos	358	281	-	358	0,0%
Outros Ganhos em Outros Activos Tangíveis	-	250	250	(250)	-100,0%
c) Total de Rendimentos de Prestação de Serviços	**18 829**	**28 078**	**15 263**	**3 565**	**23,4%**
Encargos com Serviços e Comissões	3 929	7 933	3 587	343	9,6%
Impostos e Taxas	673	1 067	750	(77)	-10,2%
Penalidades	255	321	32	222	685,7%
Outras Perdas em Outros Activos Tangíveis	(225)	-	-	(225)	0,0%
Outros custos de exploração	51	(207)	(1)	52	-5494,8%
d) Total de Encargos com Prestação de Serviços	**4 683**	**9 114**	**4 368**	**316**	**7,2%**

Margem Complementar (c-d)	**14 145**	**18 964**	**10 896**	**3 250**	**29,8%**

Custos Operacionais

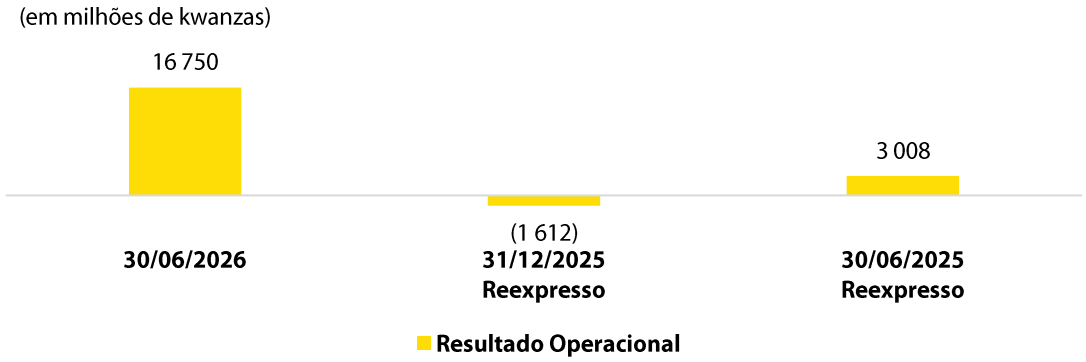
Os Custos Operacionais, que incluem os Custos com o Pessoal, os Fornecimentos e Serviços de Terceiros e as Amortizações do Exercício, totalizaram 32,5 mil milhões de Kwanzas, no 1º Semestre de 2026, evidenciando um crescimento de 28,7% em relação aos 25,3 mil milhões de Kwanzas registados no período homólogo.

O aumento dos Custos Operacionais é explicado essencialmente pelo aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros de 8,0 mil milhões de Kwanzas (172,8%). Esta evolução está parcialmente associada aos custos de implementação das medidas de transformação e reestruturação, necessárias para gerar ganhos de eficiência e suportar o crescimento sustentável das receitas.

Os Custos com o Pessoal registaram uma redução de 41 milhões de Kwanzas (0,2%), decorrente da redução do pessoal, na sequência do encerramento de agências, apesar dos custos com indemnizações e compensações incorridos no período.

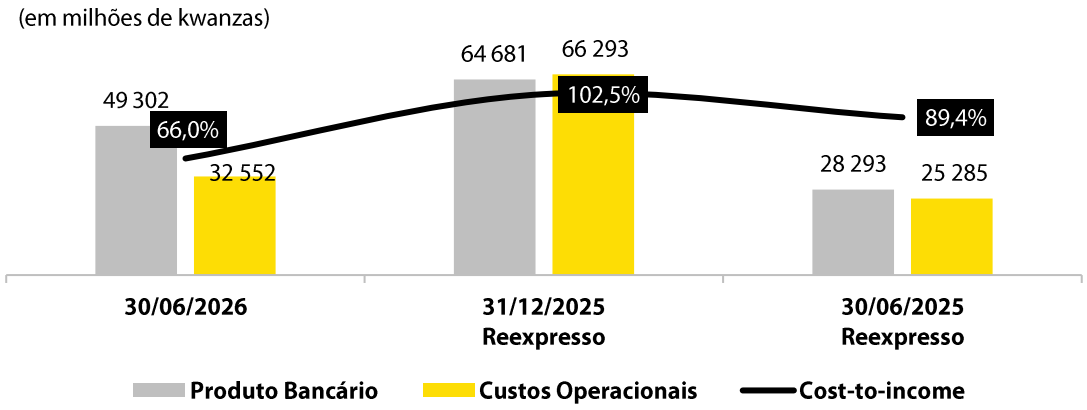
Custos Operacionais (em milhões de kwanzas)	**30/06/2026**	**31/12/2025 Reexpresso**	**30/06/2025 Reexpresso**	**Variação ABS**	**Variação %**
Custos Operacionais					
Custos com o Pessoal	17 290	36 931	17 332	(41)	-0,2%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	12 661	23 567	4 642	8 020	172,8%
Amortizações	2 600	5 795	3 312	(711)	-21,5%
Total de Custos Operacionais	**32 552**	**66 293**	**25 285**	**7 267**	**28,7%**

Com efeito, o Banco registou um Resultado Operacional Positivo de 16,8 mil milhões de Kwanzas, mais 13,7 mil milhões de Kwanzas quando comparado com o resultado operacional registado no período homologo, de 3,0 mil milhões de Kwanzas.



Cost-to-income

O aumento do Produto Bancário em 21,0 mil milhões de Kwanzas (74,3%), resultou na melhoria significativa do Rácio de Eficiência (*Cost-to-Income*), que passou de 89,4% em 30 de Junho de 2025 para 66,0% em 30 de Junho de 2026, apesar do crescimento dos Custos Operacionais em 7,3 mil milhões de Kwanzas (28,7%).



13.2. Análise Financeira

Activo

O Activo Total (líquido) atingiu, em 30 de Junho de 2026, o montante de 1 134,3 mil milhões de Kwanzas, o que representa um crescimento de 9,0% (mais 93,6 mil milhões de Kwanzas) relativamente ao montante registado em 31 de Dezembro de 2025.

Balanço (em milhões de kwanzas)	**30/06/2026**	**31/12/2025 Reexpresso**	**30/06/2025 Reexpresso**	**01/01/2025 Reexpresso**	**Variação ABS**	**%**
Activo						
Caixa e disponibilidades	90 777	86 227	74 403	168 147	4 550	5,3%
Aplicações em bancos centrais e em outras Instituições de crédito	106 176	108 482	140 996	12 112	(2 307)	-2,1%
Investimentos e Activos Financeiros	496 602	437 577	383 196	386 536	59 025	13,5%
Crédito a Clientes	110 109	85 351	78 483	131 441	24 758	29,0%
Activos não correntes detidos para venda	11 181	11 181	10 504	10 504	-	0,0%
Outros Activos Tangíveis e Intangíveis líquidos	37 289	34 946	34 915	34 889	2 343	6,7%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	8 281	7 166	7 166	7 166	1 115	15,6%
Outros activos	273 904	269 798	271 532	228 133	4 106	1,5%
Total do Activo	**1 134 319**	**1 040 728**	**1 001 196**	**978 927**	**93 590**	**9,0%**
Passivo						
Recursos de bancos centrais e de outras Instituições de crédito	36 532	26 926	26 548	73 390	9 606	35,7%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	989 008	920 847	880 005	806 505	68 162	7,4%
Provisões	10 981	11 201	11 610	10 817	(219)	-2,0%
Outros passivos	15 311	14 676	9 362	14 438	635	4,3%
Total do Passivo	**1 051 832**	**973 649**	**927 526**	**905 149**	**78 183**	**8,0%**
Fundos Próprios	**82 487**	**67 080**	**73 670**	**73 778**	**15 407**	**23,0%**
Total do Passivo e Fundos Próprios	**1 134 319**	**1 040 728**	**1 001 196**	**978 927**	**93 590**	**9,0%**

Caixa e Disponibilidades

O Caixa diminuiu, passando de 15,0 mil milhões Kwanzas para 10,2 mil milhões Kwanzas, influenciado pela redução do Caixa em moeda Nacional e Externa em 4,1 mil milhões Kwanzas e 680 milhões de Kwanzas, respectivamente.

As Disponibilidades no Banco Central apresentaram uma diminuição, passando de 54,4 mil milhões Kwanzas em 31 de Dezembro de 2025 para 49,5 mil milhões Kwanzas em 30 de Junho de 2026, influenciadas sobretudo pela redução das disponibilidades em moeda nacional em 4,9 mil milhões Kwanzas.

Caixa e Disponibilidades (em milhões de kwanzas)	**30/06/2026**	**31/12/2025 Reexpresso**	**30/06/2025 Reexpresso**	**Variação**	
				ABS	**%**
Caixa					
Moeda Nacional	9 400	13 511	5 278	(4 111)	-30,4%
Moeda Externa	815	1 496	562	(680)	-45,5%
Total de Caixa	**10 216**	**15 007**	**5 840**	**(4 791)**	**-31,9%**
Disponibilidade no Banco Central					
Moeda Nacional	9 631	14 561	6 337	(4 930)	-33,9%
Moeda Externa	39 879	39 877	37 817	2	0,0%
Total de Disponibilidade no Banco Central	**49 510**	**54 438**	**44 154**	**(4 928)**	**-9,1%**

Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito

As Aplicações em Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito reduziram de 108,5 mil milhões de Kwanzas em 31 de Dezembro de 2025 para 106,2 mil milhões Kwanzas em 30 de Junho de 2026.

Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito (em milhões de kwanzas)	**30/06/2026**	**31/12/2025 Reexpresso**	**30/06/2025 Reexpresso**	**Variação**	
				ABS	**%**
Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito					
Moeda Nacional	13 753	34 484	29 682	-20 731	-60,1%
Moeda Externa	92 423	73 998	111 314	18 424	24,9%
Total	**106 176**	**108 482**	**140 996**	**(2 307)**	**-2,1%**

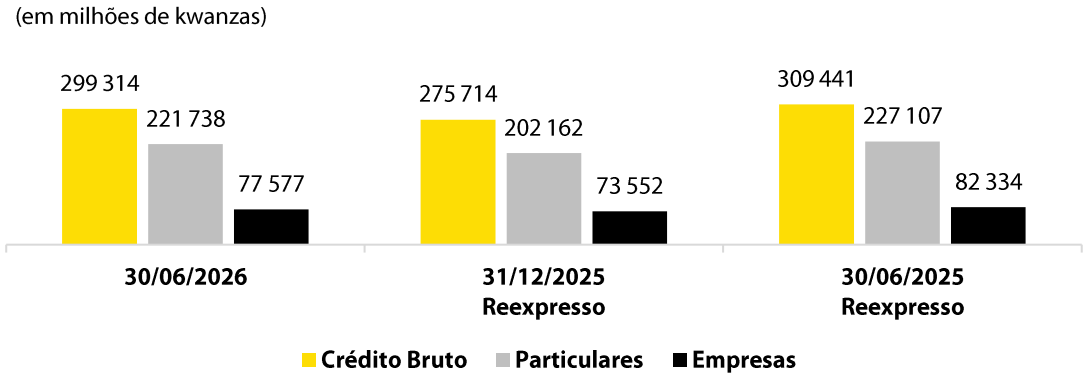
Crédito a Clientes

O Crédito a Clientes atingiu em 30 de Junho de 2026, o montante líquido de 110,1 mil milhões de Kwanzas, o que representa um crescimento de 29,0% (mais 24,8 mil milhões de Kwanzas) relactivamente ao montante registado em 31 de Dezembro de 2025.

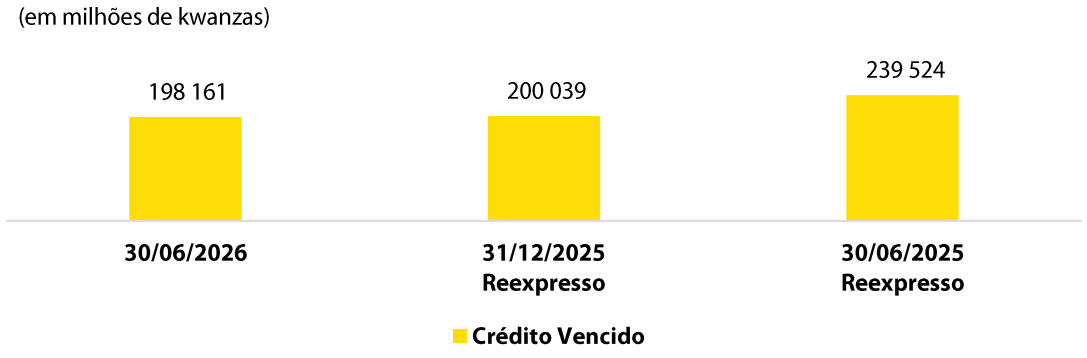
O Crédito Bruto registou um aumento de 23,6 mil milhões de Kwanzas (8,6%), passando de 275,7 mil milhões de Kwanzas em 31 de Dezembro de 2025 para 299,3 mil milhões de Kwanzas em 30 de Junho de 2026, reflectindo um aumento de novas operações de crédito.

Crédito a Clientes (em milhões de kwanzas)	30/06/2026	31/12/2025 Reexpresso	30/06/2025 Reexpresso	Variação ABS	Variação %
Crédito a Clientes					
Crédito Bruto	299 314	275 714	309 441	23 600	8,6%
Imparidade de Crédito	(189 206)	(190 363)	(230 959)	1 157	-0,6%
Total	**110 109**	**85 351**	**78 483**	**24 758**	**29,0%**

Os segmentos de Empresas e de Particulares, registaram uma variação positiva de 19,6 mil milhões de Kwanzas (+9,7%) e 4,0 mil milhões de Kwanzas (5,5%) em relação a 31 de Dezembro de 2025, respectivamente.



O crédito vencido registou uma diminuição quando comparado a 31 de Dezembro de 2025, passando de 200,0 mil milhões de Kwanzas para 198,2 mil milhões de Kwanzas em 30 de Junho de 2026, traduzindo uma redução de 0,9%.



Carteira de Títulos

A Carteira de Títulos registou um aumento, passando de 437,6 mil milhões Kwanzas em 31 de Dezembro de 2025 para 496,6 mil milhões Kwanzas em 30 de Junho de 2026, traduzindo um crescimento de 13,5%, impulsionado sobretudo pelo aumento dos Investimentos ao Justo Valor, que passaram de 94,7 mil milhões Kwanzas para 138,6 mil milhões Kwanzas, um acréscimo de 43,9 mil milhões Kwanzas (46,3%), reflectindo a aposta do Banco numa maior exposição a instrumentos de mercado com potencial de valorização.

Os Investimentos ao Custo Amortizado também registaram um aumento em relação ao valor registado a 31 de Dezembro de 2025, de 14,6 mil milhões Kwanzas (4,2%).

Carteira de Títulos (em milhões de kwanzas)	30/06/2026	31/12/2025 Reexpresso	30/06/2025 Reexpresso	Variação ABS	Variação %
Carteira de Títulos					
Investimento ao Custo Amortizado	364 755	350 182	354 267	14 573	4,2%
Investimento ao Justo Valor	138 620	94 726	36 200	43 894	46,3%
(-) Imparidades	(6 773)	(7 331)	(7 271)	558	-7,6%
Total	**496 602**	**437 577**	**383 196**	**59 025**	**13,5%**

Recursos de Clientes e outros empréstimos

Os Depósitos de Clientes passaram de 920,8 mil milhões de Kwanzas, em 31 de Dezembro de 2025, para 989,0 mil milhões de Kwanzas, em 30 de Junho de 2026, correspondendo a um aumento de 68,2 mil milhões de Kwanzas (7,4%). Esta evolução foi impulsionada pelo crescimento dos Depósitos à Ordem e Outros depósitos, que registaram um aumento de 145,1 mil milhões de Kwanzas e 19,4 mil milhões de kwanzas face ao valor observado em 31 de Dezembro de 2025, apesar da redução de 96,4 mil milhões de Kwanzas registada nos Depósitos a Prazo no mesmo período.

Depósitos Por Tipo (em milhões de kwanzas)	30/06/2026	31/12/2025 Reexpresso	30/06/2025 Reexpresso	Variação ABS	Variação %
Depósitos por Tipo					
Depósito à Ordem	704 328	559 219	547 870	145 109	25,9%
Depósito a Prazo	258 545	354 903	326 404	(96 358)	-27,2%
Outros depósitos	26 135	6 725	5 731	19 410	288,6%
Total de Depósitos	**989 008**	**920 847**	**880 005**	**68 162**	**7,4%**

No que respeita à Moeda, há a registar o crescimento de 9,4% dos Depósitos em Moeda Nacional e de 1,3% dos Depósitos em Moeda Externa.

Depósitos por Moeda (em milhões de kwanzas)	30/06/2026	31/12/2025 Reexpresso	30/06/2025 Reexpresso	Variação ABS	Variação %
Depósitos por Moeda					
Moeda Nacional	755 704	690 561	645 849	65 143	9,4%
Moeda Externa	233 304	230 285	234 157	3 018	1,3%
Total de Depósitos	**989 008**	**920 847**	**880 005**	**68 162**	**7,4%**

Recursos de Bancos Centrais e OIC

Os Recursos de Bancos Centrais e OIC aumentaram passando de 26,9 mil milhões de Kwanzas, em 31 de Dezembro de 2025, para 36,5 mil milhões Kwanzas, em 30 de Junho de 2026, um aumento de 9,6 mil milhões Kwanzas (35,7%).

Os recursos em Moeda Nacional e Moeda Externa, passaram de 25,6 mil milhões de Kwanzas e 1,3 mil milhões de Kwanzas, em 31 de Dezembro de 2025, para 36,3 mil milhões de Kwanzas e 269 milhões de kwanzas, em 30 de Junho de 2026, um aumento de 10,6 mil milhões de Kwanzas (+41,4%), e uma redução de 1,0 mil milhões de kwanzas (-79,0), respectivamente.

Recursos de Bancos Centrais e OIC (em milhões de kwanzas)	**30/06/2026**	**31/12/2025 Reexpresso**	**30/06/2025 Reexpresso**	**Variação ABS**	**%**
Recursos de Bancos Centrais e OIC					
Moeda Nacional	36 263	25 643	14 677	10 620	41,4%
Moeda Externa	269	1 283	11 871	(1 014)	-79,0%
Total de Depósitos	**36 532**	**26 926**	**26 548**	**9 606**	**35,7%**

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Banco registaram uma evolução Positiva de 15,4 mil milhões de Kwanzas, passando de 67,1 mil milhões de Kwanzas em 31 de Dezembro de 2025 para 82,5 mil milhões de Kwanzas em 30 de Junho de 2026, como efeito do Resultado Líquido Positivo observado no período.

Fundos Próprios (em milhões de kwanzas)	**30/06/2026**	**31/12/2025 Reexpresso**	**30/06/2025 Reexpresso**	**01/01/2025 Reexpresso**	**Variação ABS**	**%**
Capital Social	30 000	30 000	30 000	30 000	-	0,0%
Reservas de Reavaliação	4 584	2 713	1 104	1 392	1 871	69,0%
Outras Reservas e Resultados Transitados	34 367	42 386	42 389	42 386	(8 019)	-18,9%
Resultado Líquido Individual do Exercício	13 536	(8 019)	177	-	21 555	-268,8%
Fundos Próprios	**82 487**	**67 080**	**73 670**	**73 778**	**15 407**	**23,0%**

Conselho de Administração

António André Lopes
Presidente do Conselho de Administração

Osvaldo Lemos Macaia
Presidente da Comissão Executiva

Paula Tavares Monteiro
Administradora Executiva

Ema Coelho Gonçalves
Administradora Executiva

Sandro Fernandes da Silva
Administrador Executivo

Samahina da Silva Saúde
Administrador Executivo

Vladmir Branco da Cunha
Administrador Executivo

Viriato Fernandes Capita
Administrador Executivo

Francisco Domingos Fortunato
Administrador Não Executivo

Noé José Baltazar
Administrador Não Executivo

António Pereira dos Santos
Administrador Independente

Tatiana da Cunha dos Anjos
Administradora Independente

Luis Paulo Cuanga
Administrador Independente



BANCO SOL
O banco de todos nós

www.bancosol.co.ao